

***04.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 22 de fevereiro de 2021 pelas 14,30 horas***

**ATA**

--- No dia vinte e dois do ano de dois mil e vinte e um, pelas catorze horas e trinta minutos, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, reuniu a Câmara Municipal de Soure, convocada nos termos do Regimento para a sua quarta Reunião Ordinária, estando presentes o Senhor Presidente da Câmara, Mário Jorge da Costa Rodrigues Nunes, eleito pelo PS, e os Senhores Vereadores: Dra. Nádía Filipa Antunes Madeira Gouveia, eleita pelo PS (através de videoconferência); Eng.º Agostinho José Jordão Gonçalves, eleito pelo PPD/PSD-CDS/PP-PPM; Américo Ferreira Nogueira, eleito pelo PS; Dr. Gil António Contente Soares, eleito pelo PS; Dra. Maria Manuela Lucas de Oliveira Santos, eleita pela CDU e Ana Patrícia Alves Pereira, eleita pelo PS.-----  
O Senhor Presidente declarou aberta a reunião, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

**ORDEM DE TRABALHOS**

Ponto 1. Período de Antes da Ordem do Dia / Informações

Ponto 2. Decisões proferidas ao abrigo de Delegação e Subdelegação de Competências  
. Licenciamento de Obras Particulares

Ponto 3. Informação Financeira  
3.1. Resumo Diário de Tesouraria  
3.2. Encargos e Compromissos

Ponto 4. Apreciação das Propostas de Ata de:  
4.1. 16.12.2020  
4.2. 30.12.2020

Ponto 5. **GRANDES OPÇÕES DO PLANO - PPI E AMR - E ORÇAMENTO // 2021**  
. Apreciação de Propostas de Alteração - 2ª/2ª – Para Conhecimento

Ponto 6. **Parecer para a Constituição de Compropriedade**  
. Processo nº 10/2021/13  
. Carlos Silva, Solicitador  
. Emissão de Certidão Favorável à Constituição de Compropriedade de 2 de Prédios Rústicos através de Doação - Artigo 54.º da Lei 91/95, de 2/9 com a Atual Redação

***04.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 22 de fevereiro de 2021 pelas 14,30 horas***

**Ponto 7. EDUCAÇÃO E JUVENTUDE – ENSINO BÁSICO E SECUNDÁRIO**

- . PROGRAMA REALIZA-TE - PLANOS INOVADORES DE COMBATE AO INSUCESSO ESCOLAR - FASE II
- . EQUIPAS MULTIDISCIPLINARES DE INTERVENÇÃO MULTINÍVEL
- . Aquisição de Serviços na Área da Nutrição
  - Adjudicação

**Ponto 8. EDUCAÇÃO/ENSINO PRÉ-ESCOLAR, BÁSICO E SECUNDÁRIO**

- . Medidas Implementadas no Âmbito do COVID-19
  - Ensino à Distância
  - Apoio Alimentar
- . Ponto de Situação – Para Conhecimento

**Ponto 9. CULTURA**

- . AÇÕES NO ÂMBITO DA CULTURA
- . Apoio ao Funcionamento
  - Folclore
  - Escolas de Música e Bandas Filarmónicas
  - Teatro

**Ponto 10. CULTURA - AÇÕES NO ÂMBITO DA CULTURA**

- Regulamento Apoio ao Associativismo do Concelho de Soure

**Ponto 11. CULTURA - AÇÕES NO ÂMBITO DA CULTURA**

- . VALORIZAÇÃO ECONÓMICA E TERRITORIAL DOS CAMINHOS DE FÁTIMA – AÇÕES MUNICIPAIS
- . Melhoramento do Caminho de Ligação entre a Povoação dos Simões e o CM 1008
  - Adjudicação

**Ponto 12. AÇÃO SOCIAL//HABITAÇÃO SOCIAL**

- . APOIO AO ARRENDAMENTO
  - N.º Processo: 15/2021 – RAH

**Ponto 13. SAÚDE**

- . COVID-19
  - Campanha de Vacinação Contra a COVID-19

**Ponto 14. SAÚDE// AÇÕES NO ÂMBITO DA SAÚDE**

- . Unidades Móveis de Saúde na Região de Coimbra
  - Entrega de Viatura Elétrica – Para Conhecimento

***04.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 22 de fevereiro de 2021 pelas 14,30 horas***

**Ponto 15. SAÚDE**

- . Observatório Saúde Mental de Soure
  - Protocolo com a Escola Superior de Enfermagem de Coimbra

**Ponto 16. ORDENAMENTO, INFRAESTRUTURA E ESPAÇO PÚBLICO**

- . Construção da Avenida Europa - Samuel
  - Escolha do Procedimento Prévio

**Ponto 17. ABASTECIMENTO PÚBLICO/ÁGUA, DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO**

- . ÁGUA – NOVAS CAPTAÇÕES E OPERACIONALIZAÇÃO
- . Execução de um Furo de Pesquisa e Eventual Captação de Água nas Termas da Amieira
  - Homologação do Auto de Receção Definitiva

**Ponto 18. VIAS DE COMUNICAÇÃO E TRANSPORTE – REDE VIÁRIA E SINALIZAÇÃO -  
PROJETOS**

- . Projeto de Execução para Reabilitação dos Acessos à Passagem Superior sobre a Linha do Norte e da Variante Norte à Vila de Soure
  - Projeto de Execução – Aprovação (Documentação em Suporte Digital)

**Ponto 1. Período de Antes da Ordem do Dia / Informações**

O Senhor Presidente da Câmara Mário Jorge Nunes, referiu que: “temos um problema na estrada de ligação entre Casalinhos e o Sobral, toda a gente já viu a imagem muito corrida ontem, vieram os órgãos de comunicação social todos e, portanto, dar nota que nós, quando tivemos o primeiro sinal de um problema naquela zona, não foi naquela estrada, foi na Rua do Requeixo, uma centena de metros abaixo e os serviços técnicos fizeram o acompanhamento. Primeiro, decidiu-se colocar alguma pedra em cima para tentar segurar o talude, o que se veio a verificar que até era contraproducente, quando chamámos então outro tipo de peritagem, portanto, este fenómeno desenrola-se desde o dia 10 de fevereiro e, neste momento, de forma preliminar, quer o ITECONS, quer o Instituto Superior de Engenharia de Coimbra, com especialistas na área da geotecnia, já vieram observar o local. Amanhã de manhã temos uma reunião com o ITECONS, para acertar algumas questões preliminares de forma mais objetiva, assumindo eu que até esta fase preliminar, o que houver a pagar pela consultadoria, pelos estudos e deslocações será feito e depois implica um estudo mais demorado, temos a ideia que pode demorar dois meses a estudar o processo para depois ser feita uma proposta de intervenção e a forma como se faz essa intervenção até chegar ao projeto de obra. Este é o ponto de situação sobre a estrada.

#### ***04.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 22 de fevereiro de 2021 pelas 14,30 horas***

Dar uma outra nota sobre a situação pandémica no Concelho, portanto, no dia de hoje, a informação é da Autoridade de Saúde Local, porque os números, já durante a semana passada andavam a divergir do apanhado Regional. Amanhã serão divulgados os números recolhidos no dia de hoje, esperemos que eles já sejam coincidentes com aquilo que temos e então o ponto de situação, ao dia de hoje, é de 77 casos ativos no Concelho, sendo 55% na zona Norte - Alfarelos, Figueiró do Campo, Granja do Ulmeiro e Vila Nova de Anços - do Concelho, 13% na zona Oeste - Gesteira, Samuel e Vinha da Rainha -, zona Este - Degracias, Tapéus e Pombalinho -, com 8% e zona Centro e Sul - Freguesia de Soure -, com 24%. Encontram-se 72 casos em vigilância ativa por contactos de alto risco, 33 pessoas com vigilância passiva, ou seja, contactos de baixo risco, 10 utentes em situação de internamento, 1 surto numa ERPI, 21 óbitos acumulados até hoje e 834 recuperados, ou seja, até hoje, foram atingidos pelo COVID-19, no Concelho de Soure, 932 pessoas, dos quais ainda há 77 ativos.

Nos últimos dois dias não há registo de nenhum caso positivo nos testes realizados sexta e sábado e nos últimos cinco dias, tivemos 7 casos positivos, prova que também aqui no Concelho de Soure a prática do confinamento e o aperto a que todos temos sido sujeitos nestas últimas três semanas, um mês, está agora a dar, durante o mês de fevereiro, os seus frutos em termos de consequência. Esta ERPI, é um lar no Concelho de Soure, do qual não tenho o nome para tornar público, porque não mo foi dado, embora tenhamos uma noção de qual seja, não é novo o caso mas ainda está sinalizado como foco COVID, e sendo o caso, estará estabilizado e tem sido acompanhado por nós, situação estabilizada e esperamos que em fase de resolução e de dissipação do foco.”-----

O Senhor Vereador Eng.º Agostinho Gonçalves, referiu que: “em relação ao ponto de situação sobre o COVID, o Senhor Presidente já disse o que tinha a dizer. Congratulo-me que realmente o confinamento esteja a resultar, não só aqui como a nível do País, ainda agora vi que estamos com dados de cerca de trezentos e poucos casos ativos por 100.000 habitantes no País, o que é uma média boa. Hoje, os registos apontam quinhentos e tal novos casos mas deve ser o reflexo do fim de semana. É claro que há uma trajetória descendente e que este confinamento era a medida que se impunha e que todos esperamos que resulte o mais rapidamente possível para que todos nós possamos voltar à nossa atividade normal.

O outro ponto que o Senhor Presidente falou, acho que é um ponto, quanto a mim, de forma exagerada que saiu na comunicação social. Percebo que não há muito que falar e, portanto, tudo o que é casos aqui apareça, é o caso do abatimento de terras no caminho que liga o Sobral aos Casalinhos, junto da Capela do Bom Sucesso. Lamento o ocorrido, é fruto da intempérie, de circunstâncias várias, que não é aqui o local certo para estar a ver isso, nem a altura certa e o que espero e desejo é que seja resolvido o mais rapidamente possível. Segundo ouvi aqui, e também na comunicação social, tem tido apoio técnico do Instituto

***04.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 22 de fevereiro de 2021 pelas 14,30 horas***

Politécnico de Coimbra, portanto, uma escola com técnicos suficientemente credibilizados e com experiência e penso que resolverão bem e de forma rápida o assunto e, portanto, o que lhe posso pedir é que se resolva, de forma rápida, o problema, evitar os estragos em bens, na casa que lá está perto, protegê-la e tentar estabelecer, o mais rápido possível, o trajeto, o tráfego e a normalidade.”-----

O Senhor Vereador Dr. Gil Soares, referiu que: “dar algumas informações neste período que mediou a reunião de hoje da última.

Em termos de Educação, reuniu o Conselho Geral do Agrupamento de Escolas de Soure, no passado dia 8 de fevereiro, em que analisámos os resultados da avaliação do 1.º período e também o impacto da pandemia nesta fase, com o período de interrupções letivas que decorreu e agora com o ensino à distância desde o dia 8. Foi uma reunião bastante proveitosa sobre a análise desta situação.

Dar os parabéns ao Agrupamento de Escolas de Soure, e estou a falar do Ensino Profissional, em que no passado dia 9 de fevereiro, houve o Certificado de Qualidade sobre os Cursos Profissionais ministrados pelo Agrupamento de Escolas. Houve um empenhamento grande do Município também neste resultado, da Associação Empresarial de Soure, de várias empresas do Concelho de Soure, dos Professores, da Direção do Agrupamento de Escolas, da Associação de Pais, dos alunos que, neste dia, que era, digamos assim, o exame final, todos disseram o testemunho, prestaram o testemunho sobre o ensino profissional no Concelho de Soure. Neste momento, estão os cursos certificados com Certificado de Qualidade por 3 anos, no âmbito do Quadro de Referência Europeu de Garantia da Qualidade para a Educação e Formação Profissional. São ministrados 3 cursos: Metalomecânica, Multimédia e o Restaurante/Bar; há 44 alunos na Metalomecânica, 8 na Multimédia e 23 no restaurante/Bar.

Um dos assuntos que também se abordou neste processo tem haver, e o Agrupamento de Escolas de Soure está sensibilizado para isso e há abertura também por parte do tecido empresarial, com uma maior competitividade desta oferta formativa. De facto, neste momento, é bastante importante, na concorrência que há em termos de ensino profissional, questões como a empregabilidade, questões como a qualificação dos jovens. Neste momento, os jovens que estão nestes cursos, não são propriamente aqueles jovens que não iam pela via de ensino dita normal, que “não tinham jeito”, são alunos, são jovens que procuram saídas profissionais por estes cursos e, portanto, tem que haver uma maior dinamização entre esta oferta educativa e o tecido empresarial. Em Soure, temos empresários, temos uma Associação Empresarial disponível para estreitar esta relação e a abertura por parte da escola e dos professores para este objetivo e, portanto, acho que temos aqui pernas para andar para melhorar o ensino profissional e, se possível, aumentar a oferta.

***04.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 22 de fevereiro de 2021 pelas 14,30 horas***

Censos, terminou ontem, domingo, o prazo de candidaturas para recenseadores que irão para o terreno fazer o recenseamento. Felizmente, no Concelho de Soure, a oferta excedeu os lugares colocados à disposição, portanto, o INE irá agora selecionar os recenseadores. Amanhã, temos uma reunião entre o INE, os Presidentes de Junta, a Autarquia e as Forças de Segurança para operacionalizarmos o início dos Censos. Uma nota informativa, na sequência da Delegação de Competências do Senhor Presidente em mim nesta matéria, indiquei a Técnica Superior Rute do Bem para Técnica Municipal que irá coordenar a comunicação e a logística desta operação nas Competências do Município.”-----

O Senhor Presidente da Câmara Mário Jorge Nunes, referiu que: “nós temos um outro assunto para o PAOD que tem a ver com o trabalho que estamos a fazer no âmbito da Associação Terras de Sicó e com a Rede das Aldeias de Calcário e que iremos voltar ao PAOD no momento em que vêm até nós, presencialmente, porque estão, neste momento, a apresentar o trabalho na sessão do Executivo do Município de Penela e quando chegarem aqui, fazemos uma pausa para apresentação de uma fase do trabalho desta Rede Urbana em Espaço Rural, para a proposta para o estudo que está a ser feito na aldeia do Pombalinho, para o trabalho de colaboração que temos com o Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra.

Dar nota, algum dos Senhores Vereadores podem ter interesse, temos, amanhã de manhã, às 9,00 horas, uma reunião com o Eng. Tadeu e, portanto, se algum dos Senhores Vereadores, por alguma razão, quiser acompanhar essa abordagem para se perceber o que é que vamos fazer na estrada dos Casalinhos... em princípio, já temos a noção que o estudo e projeto ultrapassa ou andarà muito próximo daquilo que é o custo de um ajuste direto.

Portanto, há aqui uma situação, que é uma abordagem que tive que assumir de imediato e que implicou um estudo e uma abordagem, a semana passada, agora iremos construir um modelo de caderno de encargos para o que é necessário fazer e colocar isto à consulta prévia, entre vários gabinetes e escolher um com base nesses argumentos. De qualquer das maneiras, pedi ao ITECONS, por uma questão de rapidez e para acompanhar, em tempo real, o que estava a ser feito, e esse trabalho foi feito por geólogos e geotécnicos que acompanharam, na quinta, na sexta e no sábado, a evolução dos acontecimentos e isso tinha que ser acompanhado em tempo real e assumi a necessidade desse serviço e a partir de amanhã, no fim da reunião de amanhã, logo se irá perceber quais são os passos a seguir.”----

O Senhor Vereador Eng.º Agostinho Gonçalves, referiu que: “há aqui dois pontos... a informação sobre o PEV e sobre a parte da resposta do Gabinete do Senhor Primeiro Ministro e queria tecer algumas considerações sobre isso.

Em relação à pergunta que os Deputados do PEV colocaram, através do Senhor Presidente da Assembleia da República, ao Senhor Ministro da Tutela, queria dizer que... relativamente à dificuldade que temos no acesso à internet, uma vez agora, nesta situação, em que os



#### ***04.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 22 de fevereiro de 2021 pelas 14,30 horas***

alunos têm que ter acesso à internet, portanto, eles questionam a situação e a pergunta que fazem sobre qual é o grau de acesso no País, relativamente à cobertura. Gostaria de tecer algumas considerações sobre isto, porque penso que é uma iniciativa meritória, por parte dos dois Deputados da Assembleia República, mas também acho que PEV faz parte da CDU e, portanto, que apoia o Governo e podiam fazer isso diretamente, até porque, de certeza, tiveram negociações e têm contactos próximos, portanto, isto também faz parte, é parte do trabalho político deles... Queria aproveitar esta oportunidade para... nós, na reunião de Câmara de 16 de dezembro de 2020, fizemos um Protocolo com a Altice, sobre a implantação da fibra ótica no Concelho, em que nós cedemos o acesso deles às condutas e eles também cediam o acesso deles às condutas para a Câmara se tiver necessidade, de estabelecer uma rede, entre várias Instituições, Câmara e Junta... digamos que era um Protocolo de acordo recíproco mas depois, se formos ler bem, numa das cláusulas dizia que a Altice, até ao quarto trimestre de 2020, que já passou, tinha a obrigação de nos informar sobre o ponto de situação da cobertura, o que é que tinham feito sobre a realidade da fibra ótica da parte deles no Concelho. Queria perguntar ao Senhor Presidente se eles já deram essa informação, conforme estava contratualizado.

Numa das outras cláusulas, era que a Altice informava, regularmente, sobre a evolução da situação e, portanto, eram estas duas questões que eu gostaria que o Senhor Presidente, se tiver informação, nos transmitisse...

Relativamente à carta do Gabinete do Senhor Primeiro Ministro, sobre a Moção que foi aqui aprovada na última reunião de Câmara, para solicitar a abertura dos cabeleireiros, dos gabinetes de estética e, portanto, o que se aprovou aqui foi uma Moção para pedir ao Senhor Primeiro Ministro e ao Governo que fizessem a reabertura desses salões, desses gabinetes e não propriamente, a Câmara não aprovou a abertura, como passou na comunicação social, que a Câmara tinha aprovado a abertura... e as pessoas começaram a perguntar... não houve uma transmissão clara nem transparente para a população, o que passou foi que a Câmara tinha aprovado a abertura dos cabeleireiros... não é verdade. Nós aprovámos uma Moção para solicitar ao Governo que iniciasse ou permitisse a abertura dos cabeleireiros e desses gabinetes de estética. Essa é que é a verdade e essa verdade não foi claramente transmitida à população.

Depois, a resposta do Gabinete do Senhor Primeiro Ministro, é uma resposta cordial, não podia ser de outra maneira, uma vez que estamos entre pessoas civilizadas, mas depois diz que encaminha para o Gabinete do Ministro da Economia e Transição Digital... ficamos na mesma. A reunião do Infarmed foi antecipada para hoje, com os casos, daqui a 15 dias, provavelmente já acaba o confinamento e esta Moção vai cair em saco roto. Queria perguntar ao Senhor Presidente da Câmara se, enfim, já estabeleceu algum contacto com o Senhor Ministro da Economia porque se não o fizer, isto vai ficar tudo na mesma.”-----

#### ***04.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 22 de fevereiro de 2021 pelas 14,30 horas***

O Senhor Presidente da Câmara Mário Jorge Nunes, referiu que: “relativamente à questão da fibra ótica ou da melhoria das condições das telecomunicações no Concelho, há esse Protocolo que assinámos no final do ano, há quase 2 meses, com a Altice. Já não é o primeiro Protocolo, já é o segundo e o ponto de situação, a informação concreta que está escrita no Protocolo, eles não a fizeram de forma taxativa, portanto, aquilo que temos da informação da Altice é que não têm ainda obra atribuída para uma parte, onde está, por exemplo, uma localidade, com todo o respeito pelas outras, mas um conjunto de localidades, como é o caso do Cercal, Brunhós... esse eixo não tem ainda, da parte da Altice, projeto de execução para cobertura, não está a obra entregue e que no resto do Concelho, desde a número 1 para Oeste, ficará tudo pronto, está a obra toda entregue, estão os empreiteiros a executar e, portanto, ao mesmo tempo que vão executando, vão entregando as diversas secções.

Não têm também projeto de entrega para a zona Este, aquilo que é a Freguesia de Tapéus, Degraças/Pombalinho. Tem algumas linhas dedicadas e instaladas, mas não tem obra de distribuição entregue, no entanto, as outras operadoras vão conversando connosco e vamos tendo abordagens porque também já percebemos, desde o início do processo, há dois ou três anos atrás, quando a fibra ótica começou a ser distribuída fora da malha urbana de Soure, que havia também uma certa corrida e disputa pelos primeiros clientes entre as diversas operadoras. Tivemos, inclusive, aqui a presença dos residentes na Ribeira da Mata que, na altura, não tinham projeto porque o projeto da Ribeira da Mata, depois veio a concretizar-se porque estava inserido no projeto de Vila Nova de Anços e consideraram que a rede da Ribeira da Mata estava afeta à distribuição de Vila Nova de Anços e, neste momento, é isso que se passa.

Temos uma outra operadora, uma operadora independente, é mais um distribuidor, não comercializa o próprio serviço, com quem está a ser estudado, do ponto de vista formal e objetivo, a Minuta de Protocolo que existe. Vou ter que pedir a tramitação jurídica, onde o compromisso, da nossa parte, com esse distribuidor, é um sinal de 5G de fibra ótica e é para a zona das Degraças, portanto, para a zona serrana e para a Freguesia de Vinha da Rainha que, embora a NOS e a Vodafone já estejam a trabalhar na Freguesia de Vinha da Rainha, especialmente estas duas operadoras, parece, a esta distribuidora, que tem um estudo de potencial crescimento e de outro tipo de oferta. É uma distribuidora que depois aluga a sua rede às diversas operadoras. Tenho conhecimento que no caso na Vila de Soure há uma quinta ou uma sexta operadora, até de nome pouco conhecido, que oferece serviço de internet por um preço de 15,00€ e tal, trabalha com a rede de outras operadoras, comercializa serviços de outras operadoras, portanto, o mercado é livre e as operadoras utilizam as suas diversas infraestruturas e subcontratam infraestruturas para poder chegar à casa das pessoas.

Tentarei trazer na próxima reunião de Câmara, no fim de ter o parecer jurídico sobre a dúvida da cedência de um espaço, mas adianto já, em termos de reunião, aos Senhores



***04.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 22 de fevereiro de 2021 pelas 14,30 horas***

Vereadores, que é a colocação de um contentor de 4 por 3,5, junto à Extensão de Saúde de Degracias/Pombalinho, portanto, o espaço será baldio, teremos que articular com a Junta de Freguesia, porque eles precisam de entregar na Autoridade Nacional de Comunicações a legitimidade para instalar lá esse contentor, essas instalações, portanto, o que me explicam é que é uma espécie de contentor, costumamos ver aí junto às torres de redes móveis, deve ser do género, onde tem energia elétrica, ar condicionado e os aparelhos lá dentro para chegar ali a rede de 5G, que depois distribuem por fibra ótica e arrendam essa infraestrutura às diversas operadoras e a colocação de uma infraestrutura idêntica junto ao Cemitério de Queitide, com ligação, quer para a Freguesia do Lourical, quer para a Freguesia da Vinha da Rainha.

A minha posição tendencialmente, porque vivemos nesta competição entre quem é que tem primeiro e a necessidade, fazendo crer que sendo este o motivo de preocupação dos Municípios, é que a lei nos dirá que não podemos assim ceder gratuitamente ou de forma espontânea, bens públicos para empresas privadas, mas é uma situação que tem que ser avaliada e, como tal, à luz da lei, temos que ver qual é a margem e qual é a latitude legal que o Município tem para protocolar esta questão. Aqui, com a particular situação de que, no caso da zona serrana, admitimos e sabemos que é pouco apetecível ao investimento por parte das operadoras tradicionais que, porventura, será aqui um motivo suficiente para que o Município, à semelhança do que fazem outros Municípios, também enquadra este Protocolo para que mais rapidamente estas duas zonas sejam servidas com o 5G e com a fibra ótica.

Relativamente à Moção que apresentámos e à resposta do Governo... uma coisa é certa, ninguém viu em órgão de comunicação social nenhum uma declaração minha complementar à Moção que foi aqui aprovada. A Moção que foi aqui aprovada veio à reunião de Câmara, fez parte da nossa deliberação e foi dado conhecimento aos órgãos de comunicação social de que enviámos esta Moção ao Governo e não fomos só nós, há vários Municípios que tomaram posição idêntica. Achámos que era legítima, conhecendo nós a realidade do nosso Concelho, aquele tipo de pretensão e, portanto, foi para dar força também ao setor, sabendo nós que o setor, tendo os seus representantes setoriais, também estão a fazer o mesmo tipo de pressão para que, logo que possível, e quando no início deste PAOD damos os números de Soure, e que espero que amanhã possam ser tornados públicos para dar nota que se está a cumprir e se está a conseguir ter resultados, que há aqui um conjunto de setores, que não é só aqueles do bem estar pessoal, mas até do pequeno comércio que se pratica de porta virada para a rua, podia, no meu entender, já estar aberto e, portanto, é essa reafirmação, que foi importante e, como tal, não posso ser responsável por alguém não interpretar bem aquilo que aprovámos aqui na Moção e tirar dali ilações de que podia estar aberto... sabemos que as redes sociais, muitas vezes, servem para comunicar aquilo que interessa ou que não interessa, certo é que estou de consciência tranquila pelo trabalho e pela sensibilidade que o Executivo teve.”-----

***04.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 22 de fevereiro de 2021 pelas 14,30 horas***

O Senhor Vereador Eng.º Agostinho Gonçalves, referiu que: “um assunto relacionado com as cheias que ocorreram aqui e que ocorrem ciclicamente, aqui em Soure e parte de Vila Nova de Anços e a ligação Gesteira/Brunhós. Não sei se Soure tem um Plano de Gestão de Risco de Inundações... pelo menos, eu não tenho conhecimento dele...”-----

O Senhor Vice-Presidente, Américo Nogueira, referiu que: “as cheias no Concelho de Soure são objeto de tratamento em diversos planos de cheias para o Distrito de Coimbra, uma vez que nós não podemos nem devemos fazer planos só à nossa medida. As cheias em Soure estão diretamente ligadas ao Rio Mondego, estando condicionadas a fatores alheios ao nosso Concelho. Foram identificadas as zonas de risco, que são devidamente monitorizadas pelos Serviços de Proteção Civil Municipal. O Plano de Cheias para o Distrito de Coimbra é atualizado anualmente, condicionando todo o planeamento a efetuar no Concelho de Soure. Havendo fatores que influenciam as cheias no Concelho, tem que haver um Plano de Cheias que seja concertado entre o Município de Soure e o próprio Distrito, uma vez que têm influência as barragens, o Rio Mondego e também as águas de Pombal. Está tudo devidamente acautelado e até estranho que o Senhor Vereador não tenha conhecimento disso mas, quando quiser, nós facultaremos todos os elementos necessários para poder falar à vontade e com conhecimento de causa.”-----

O Senhor Presidente da Câmara Mário Jorge Nunes, referiu que: “nós já votámos aqui, não sei se foi nos últimos meses do ano 2017 ou se já no ano 2018. Tínhamos os nossos problemas, que não estavam bem refletidos no plano e tomámos uma posição de força junto da APA, e não fomos só nós, houve outros Municípios, mas nós tomámos aqui uma posição de força, dando um parecer negativo ao plano, que ignorava completamente a questão do Ega, que nos afeta.”-----

O Senhor Vereador Eng.º Agostinho Gonçalves, referiu que: “não estamos a falar da mesma coisa e, portanto, esse plano, se foi chumbado, é porque não há. Penso que não estamos a falar da mesma coisa e tem que ser confirmado. Isto porquê?! Porque não é um plano integrado na Bacia do Mondego, é um plano específico para Soure, para a Bacia Hidrográfica do Rio Arunca e Rio Anços e que, por exemplo, vários Concelhos têm, Pombal tem um plano, chama-se Plano de Gestão e Risco de Inundação, que a disposição legal foi criada em 2010... Ponte de Lima, Esposende, Coimbra exclusivamente para o Rio Mondego, Pombal tem para o Rio Arunca, portanto, chama Plano de Gestão e Risco de Inundação, que eu, se estiver errado, peço desculpa, mas penso que nós não temos esse plano aprovado e, portanto, são planos que a função deles é aumentar a perceção do risco de inundação, estratégias de atuação da população e dos agentes económicos, isto é, as pessoas ficam a saber o que é que têm que fazer em caso de inundação, também melhorar a

***04.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 22 de fevereiro de 2021 pelas 14,30 horas***

capacidade de prevenção, ou seja, estes planos dizem, e hoje com a tecnologia é possível saber que esta inundação ia ocorrer, portanto, as pessoas ficavam a saber que essas inundações vão acontecer. Também com esses planos é possível e é conveniente o ordenamento, ou seja, evitar a construção em zonas de linhas de água, um caso típico lá de cima é um reflexo, embora noutra dimensão e depois, também, aumentar as resistências, evitar a vulnerabilidade das construções e de outros elementos patrimoniais nas zonas de inundação e melhorar a qualidade da água. Portanto, são planos que penso que nós não temos, se tivermos peço desculpa. É um plano que nós devíamos, se não tivermos, se tivermos tem que ser atualizado porque o que se passou é o que se passa todos os anos, isto ocorre e as pessoas não sabem. Não é admissível que, hoje em dia, com as tecnologias de informação geográfica que temos disponíveis, não se saiba que vai haver uma inundação, basta sabermos o nível das marés.

A justificação que o Senhor Vice-Presidente deu é uma parte do problema, todos sabemos como é que isto ocorre, há um acréscimo de precipitação, há um acréscimo de água nos rios, se coincidir com a maré estar mais alta, o Rio Mondego não manda tanta água para os oceanos, aumenta o nível a montante do Mondego, aumento o nível para aqui para toda a zona, desde a interseção do Rio Arunca com o Rio Mondego até Soure e por aí acima. Isto está tudo ligado mas, hoje em dia, é possível saber exatamente a que horas é que isso vai acontecer, podemos informar a população previamente e tomar as medidas de precaução que têm que ser tomadas. Isto é que é um Plano de Gestão e Risco de Inundação, que penso que não existe e se existe, não está devidamente aplicado.

Portanto, proposta que faço aqui, de uma forma clara, é, se não existir nenhum Plano de Gestão que a Câmara deve encetar essa situação, mandar elaborar se não tiver a capacidade técnica ao nível da Câmara para fazer, eu até penso que tem mas pode afetar as outras áreas, encomendar essa situação porque de hoje a um ano, as pessoas sabem que vai haver inundação... as inundações não são prejudiciais se forem devidamente controladas e as pessoas souberem porque até são férteis. Toda a gente sabe que as inundações fazem a fertilidade dos campos aqui de Soure, agora têm é que se evitar situações de algum “pânico” e situações de perda de bens e aproveitar a informação que temos para tirar o melhor partido das inundações, que são recorrentes, são da natureza, já existem há muito tempo e assim vão continuar a existir.

A proposta que deixo aqui ao Executivo é, se não houver Plano de Gestão e Risco de Inundação para Soure em concreto, não é para o Distrito, Coimbra tem para o Mondego, Pombal tem só para a parte do Rio Arunca... se nós não tivermos, é tratar encetar esse procedimento e se não houver recursos da Câmara, abrir procedimento concursal para que, de hoje a um ano, as pessoas saibam que no dia tal, às tantas horas, Soure irá sofrer inundação e as pessoas tomam as devidas precauções, ocorre, rega os pântanos e tiramos proveito de uma coisa que, à partida, seria má mas que virámos a nosso proveito.”-----

***04.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 22 de fevereiro de 2021 pelas 14,30 horas***

O Senhor Presidente da Câmara Mário Jorge Nunes, referiu que: “percebi perfeitamente e concordo com tudo o que disse, ou quase tudo. Nós podemos fazer o plano para Soure, agora deixar também aqui uma mensagem de segurança às pessoas porque, no caso até desta semana e da semana que passou, aqui há três semanas, onde o nível de água foi maior do que deste fim de semana, porque as intempéries e as águas têm diversos comportamentos. Esta cheia deste fim de semana teve um comportamento totalmente diferente, ainda bem, foi uma cheia mais lenta, foi conhecida e tudo isso que o Senhor Vereador disse estava tudo acompanhado, as marés, portanto, ontem, quando se cortou a estrada de Vila Nova de Anços para Soure, às 18,00 horas, foi precisamente por influência da maré, no fim da água estar no Estuário do Mondego porque durante o período principal, onde se inundou, foi nos Simões, na sexta à noite, sábado de madrugada, portanto, há aqui um delay temporal. Esta cheia é uma cheia muito bem estudada, sempre com o acompanhamento das pessoas mais atingidas e que acompanhamos... uma outra novidade, por exemplo, é muito raro fechar a Figueirinha, ali no Concelho de Soure, no conjunto de vivendas do Marco do Sul para a Figueirinha e, desta vez, foi necessário interromper quando, às vezes, em cheias muito maiores em Soure, não é necessário, portanto, há comportamentos diversos que nós estivemos a monitorizar, quer a Proteção Civil, quer os outros serviços, com funcionários a trabalhar na noite de sexta para sábado, durante o dia de sábado e durante o dia de ontem, portanto, isso está inserido no Plano de Cheias, Plano de Cheias esse que nós, de facto, o que existe para o Concelho de Soure tem dois tipos de tratamento: está tratado no próprio PDM e, como sabe, é a Carta de Cheias e o estudo do comportamento das inundações tem que estar vertido no PDM, nos termos do estudo de identificação para ser vertido na vertente do ordenamento e quer no Plano de Emergência e Proteção Civil, onde um dos focos é as cheias e lá estão identificados os constrangimentos e identificados os procedimentos e os meios a usar para ultrapassar, para dar cumprimento a esses procedimentos. Agora, concordo consigo que se tivermos um plano destinado a cada rio ou a cada vale... quanto mais especializada for a nossa informação, obviamente que é melhor, aí concordo consigo e deixo aqui o repto, que será um instrumento que temos que aperfeiçoar e concretizar...”-----

O Senhor Vereador Eng.º Agostinho Gonçalves, referiu que: “uma coisa é, eu não ponho em causa o acompanhamento e a monitorização que a Proteção Civil e a Câmara faz das situações. O que ponho em causa é que nós temos que antecipar, só com planos desses, em que nós sabemos quase em real time o que é que vai acontecer, com a tecnologia disponível é muito fácil... as pessoas são apanhadas desprevenidas. Esses planos têm precisamente essa função, das pessoas anteciparem e não estou a pôr em causa o acompanhamento... o Senhor Vice-Presidente, o Senhor Presidente acompanham isso, é claro mas é acompanhar e estou a falar em antecipar e esses planos servem perfeitamente para isso.

***04.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 22 de fevereiro de 2021 pelas 14,30 horas***

Se não houver, é uma proposta que deixo ao Executivo, é elaborar esse plano, que são complexos, não são fáceis, exigem conhecimento mas, hoje em dia, com as tecnologias disponíveis e com o sistema de informação que permitem ligar dados de mapas topográficos com dados alfanuméricos recolhidos na Figueira da Foz, no Mondego, a montante do rio, é possível saber em que altura...”-----

O Senhor Presidente da Câmara Mário Jorge Nunes, referiu que: “mas isso existe, inclusive montámos sensores no rio, um está no Sobral, outro está na ponte de caminho de ferro junto aos Simões, para ter essa informação. Foram vandalizados, roubados e foram repostos. Os avisos saíram na quarta-feira, na quinta-feira, portanto, o comportamento e divulgação dessa informação, isso existe. Estão os avisos lançados, quer na página oficial da Câmara, quer nas redes sociais, quer junto das populações e nós temos essa informação, não só enviada pelo IPMA mas concertada com o plano que temos associado à CIM, portanto, juntámo-nos com outros Municípios para ter ativos o sistema de informação das tempestades, com uma aplicação informática, com acompanhamento extramunicipal, portanto, multimunicipal. Isso existe mas concordo consigo que devemos especializar-nos e melhorarmos. Chamou aqui a atenção de questões que nós teremos isso em conta e que sabemos que tem que ser feito e melhorado mas também não posso deixar passar como se não estivéssemos na presença de nada. Existe, agora, obviamente que concordo consigo, são problemas que temos que resolver.

Já agora, aproveito para falar sobre o assoreamento, escoamento, obras no Vale do Arunca... estão prometidas, foi lançado concurso público em 2019, que seria obra para começar em 2020, estamos em 2021, um concurso de obra no valor de 8.000.000,00€ para o Vale do Arunca; aquilo que a APA nos informou, há cerca de um mês atrás, é que estava para adjudicação e, como tal, há aqui um conjunto de operações ligadas a quatro pontos, para nós identificados como importantes sob o ponto de vista da segurança e da circulação das pessoas, que é a ligação agrícola entre Brunhós e o Casal do Redinho, a ligação de Cercal para Vila Nova de Anços, que só teve problemas ontem já de noite, às 17.00h ainda se passou sem problema nenhum entre o Cercal e o rio, depois do rio para Vila Nova de Anços há um problema crónico que também o Município não tem... tinha todo o interesse em intervir já mas temos ali presente, não é só a questão do volume de obra mas podíamos estar a colidir com um problema hidráulico, portanto, o problema tem que ser estudado e colocar aqui a APA também como parte da solução e da resolução do problema e é a questão da ligação Gesteira/Vila Nova de Anços, onde ontem também estivemos a monitorizar o rio que, ainda assim, vai apresentando muitas escorrências já para a estrada, ou seja, a água circula a um nível mais elevado que a estrada, a água circula dentro do dique quase a dois metros mais alta do que o nível da estrada e, portanto, temos estado a acompanhar tudo isso e temos planos de evacuação, planos de contenção. Só em Vila Nova de Anços, no início do inverno de 2020, investimos consideravelmente com a Junta de



***04.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 22 de fevereiro de 2021 pelas 14,30 horas***

Freguesia, mais do que o que estamos habituados, para preparar este inverno, com limpeza de ribeiros e valas que, se verificou ontem, ainda não foi a solução mas o problema de Vila Nova de Anços na EN 342-1 também só se dá durante cerca de uma hora, ontem ao final do dia. Se não tivéssemos feito o investimento que fizemos no final do ano, nas valas circundantes a Vila Nova de Anços, porventura, o problema tinha sido mais duradouro e tinha acontecido mais cedo. É um trabalho que continuamos a fazer mas também não nos podemos substituir em pleno às obrigações do Estado, quando eles, ainda por cima, têm uma obra desta dimensão de 8.000.000,00€, também percebemos se o que andamos a fazer é compatível e, portanto, vamos também deixar que a obra progrida para depois agir em conformidade.”-----

O Senhor Vice-Presidente Américo Nogueira, referiu que: “não podia estar em mais desacordo com o que disse o Senhor Vereador Eng. Agostinho Gonçalves, por uma razão simples. Como devem imaginar, as cheias não são de hoje, nem de ontem, nem desta semana, as cheias são milenárias, são centenárias. Soure sempre teve cheias e continuará a ter independentemente de nós termos ou não planos. Como é evidente, como o Senhor Vereador deve saber também, e até estranho a sua pergunta, nós além de planos, temos outra coisa que se chama Plano de Avaliação de Riscos e Cheias no Concelho de Soure, o que quer dizer que estamos devidamente preparados nessa matéria não podemos é desviar a água nem desligar a água porque os nossos planos integram ainda, nós fazemos parte, e penso que deve conhecer, do Baixo Mondego, quem influencia as cheias no Concelho de Soure é o Rio Mondego e, por essa razão, nós temos que obrigatoriamente fazer parte do Plano de Cheias do Distrito de Coimbra, que é influenciado pelo Rio Mondego, pela Barragem da Aguieira, entre outras situações de todos conhecidos, há muito debatidos nas televisões. Sempre que há cheias no Mondego, somos visitados por Deputados, por Ministros, por Secretários de Estado, por todas as televisões e, portanto, tudo isto está sinalizado e todas as pessoas têm conhecimento. É evidente que quando acontecem situações dessas, a água não desaparece por artes mágicas, também sabemos que este ano é um ano de eleições e as pessoas, normalmente, aproveitam estes atos naturais para tentar chegar mais longe e dizer aquilo que está mal ou que está bem.

Para concluir, dizer que Soure tem plano, tem avaliação de risco de cheias, que lhe facultarei se o entender, uma vez que ele já veio à reunião de Câmara, não foi neste último Mandato mas durante vários Mandatos. Temos participado em várias sessões com a APA, onde temos sido exigentes, uma vez, como diz o Senhor Presidente e bem, nós não fomos considerados um Concelho de risco de cheia do Baixo Mondego e, por isso, trouxe aqui à reunião de Câmara, e o Senhor Vereador teve conhecimento, onde explicámos aquilo que estávamos contra. Dizer que em termos de Proteção Civil, fazemos a monitorização. Como sabe, a cheia tem um comportamento diferente de um incêndio, a cheia não é chove agora e temos cheia, não, a cheia vai-se comportando conforme a entrada da água no Rio Mondego



***04.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 22 de fevereiro de 2021 pelas 14,30 horas***

e conforme as águas que vêm da Região de Pombal e, portanto, nós estamos devidamente preparados, as populações estão devidamente preparadas, fazemos a sensibilização que é preciso fazer, andamos no terreno e, inclusivamente, a Proteção Civil alerta todas as populações da zona ribeirinha no sentido de se acautelarem. Penso que para além disto, que é muito mais importante ainda que os planos, nós fazemos, nós andamos no terreno... penso que deveria acompanhar mais no terreno, quando estas situações acontecem, para ter conhecimento de como é que é o comportamento das cheias no Concelho de Soure.

Dizer-lhe que a própria EDP e a APA nos enviam o comportamento dos caudais do Rio Mondego para nós, em Soure, nos prepararmos para alertar as populações, portanto, há todo um conjunto de situações que estão devidamente preparadas, temos os planos, temos a avaliação dos riscos, sabemos quais são as zonas que vão ser afetadas pelas cheias, fazemos avisos à população, por isso é que não posso concordar com aquilo que disse, que não temos. Sei que dá-lhe jeito, se calhar, dizer que não temos, mas nós temos, felizmente temos, mas se não tivéssemos também preparávamos, como disse o Senhor Presidente e bem. Independentemente dos planos é preciso ver o trabalho que é feito no terreno, quer pelos Bombeiros, quer pela Proteção Civil, no alerta das pessoas, pessoas essas que vivem, e como sabe, as zonas mais afetadas é o Casal do Marachão, na Freguesia de Figueiró do Campo, Granja do Ulmeiro, Vila Nova de Anços e aqui a Zona Histórica de Soure e, portanto, todas essas pessoas sabem que nessa altura o que é que têm que fazer, estão devidamente preparadas. Esperamos é que as coisas corram tão bem como tem sido até agora, que não tem havido acidentes, não tem havido prejuízos graves e nós estamos sempre presentes nessa e noutras situações.”-----

O Senhor Vereador Eng. Agostinho Gonçalves, referiu que: “pela consideração que tenho pelo Senhor Vice-Presidente Américo Nogueira, tenho que dizer que não estranho as perguntas que eu faço, estranho sim é as respostas que me dá porque estou aqui para fazer perguntas e o Senhor Vice-Presidente, no lugar que tem, tem que me dar respostas. Não estranho as perguntas que faço, estranho é as respostas que me dá porque fiz uma pergunta concreta, se Soure tinha um Plano de Gestão de Riscos de Inundação e o Senhor Vice-Presidente não foi claro, nem sim nem não, diz que tem um Plano de Avaliação de Riscos que não é a mesma coisa, acredito que até exista, não foi no meu Mandato, se me enganei peço desculpa. Verifique e na próxima reunião traga aqui para nós vermos e, se for possível, melhorá-lo e terá o meu contributo, mas não tema as perguntas que eu faço, porque estou aqui para fazer perguntas e o Senhor Vice-Presidente, se puder, responder.”-----

Foi apresentado o Projeto “Rede de Aldeias de Calcário” pelo Professor Adelino Gonçalves e os seus Alunos de Arquitetura da Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra.-----

***04.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 22 de fevereiro de 2021 pelas 14,30 horas***

O Senhor Presidente da Câmara Mário Jorge Nunes, referiu que: “tomámos conhecimento do Projeto “Rede de Aldeias de Calcário”, apresentado pelo Professor Adelino Gonçalves e os seus Alunos de Arquitetura, que no Protocolo que nós, Terras de Sicó, financiado pelos Municípios, temos com o Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências de Coimbra. Vieram-nos dar o ponto de situação do seu trabalho, que será transitado até ao final do ano, no qual se inclui na nossa área de regeneração urbana do Pombalinho e, como consequência, algumas dessas obras serão depois adotadas pelo Município, ou não, não é vinculativo, para apresentarem candidaturas...

Em breve também teremos aqui com a Escola Superior de Enfermagem o Projeto para a “Saúde Mental” que com a pandemia, já estamos em ligações com outros Municípios que têm projetos idênticos, mas diferentes, com laboratórios colaborativos com outras Universidades, portanto, estamos afinar os pormenores jurídicos do Protocolo.”-----

***Foram dadas várias Informações e prestados diversos esclarecimentos.***-----

**Ponto 2. Decisões proferidas ao abrigo de Delegação e Subdelegação de Competências  
. Licenciamento de Obras Particulares**

Foi presente a seguinte listagem:

**Município de Soure  
Requerimentos para Reunião**

De 06-02-2021 a 19- 02-2021

19-02-2021

**Class.:** 1  
**Ano:** 2020  
**Número:** 20480  
**Dt. Entrada Reqt.:** 29-12-2020  
**Processo:** 10/2020/16/0  
**Requerente:** Aldeia de Cima-Investimentos Imobiliários Lda  
**Tp. Pedido:** Emissão Utilização  
**Tp. Construção:** Alteração  
**Tp. Utilização:** Anexo  
**Tipo Informação:** Deferido (Despacho)  
**Data reunião:** 10-02-2021  
**Local Obra:** Cotas  
**Informação:** Deferido  
**Freguesia:** Degraças e Pombalinho

**Class.:** 01  
**Ano:** 2020  
**Número:** 20479  
**Dt. Entrada Reqt.:** 29-12-2020  
**Processo:** 01/2020/15/0  
**Requerente:** Aldeia de Cima-Investimentos Imobiliários Lda  
**Tp. Pedido:** Emissão Utilização  
**Tp. Construção:** Alteração  
**Tp. Utilização:** Anexo  
**Tipo Informação:** Deferido (Despacho)

***04.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 22 de fevereiro de 2021 pelas 14,30 horas***

**Data reunião:** 10-02-2021  
**Local Obra:** Cotas  
**Informação:** Deferido  
**Freguesia:** Degracias e Pombalinho  
**Class.:** 01  
**Ano:** 2020  
**Número:** 20477  
**Dt. Entrada Reqt.:** 29-12-2020  
**Processo:** 01/2020/14/0  
**Requerente:** Aldeia de Cima-Investimentos Imobiliários Lda  
**Tp. Pedido:** Emissão Utilização  
**Tp. Construção:** Alteração  
**Tp. Utilização:** Habitação e Serviços  
**Tipo Informação:** Deferido (Despacho)  
**Data reunião:** 10-02-2021  
**Local Obra:** Cotas  
**Informação:** Deferido  
**Freguesia:** Degracias e Pombalinho

**Class.:** 10  
**Ano:** 2021  
**Número:** 2027  
**Dt. Entrada Reqt.:** 09-02-2021  
**Processo:** 10/2021/13/0  
**Requerente:** Carlos Silva - Solicitador  
**Tp. Pedido:** Certidões Diversas  
**Tp. Construção:** Não Aplicável  
**Tp. Utilização:** Não Aplicável  
**Tipo Informação:** Para a Reunião de Câmara (Despacho)  
**Data reunião:** 11-02-2021  
**Local Obra:** Fonte dos Carpinteiros  
**Informação:** Proceda-se em Conformidade  
**Freguesia:** Tapéus

**Class.:** 01  
**Ano:** 2021  
**Número:** 1507  
**Dt. Entrada Reqt.:** 01-02-2021  
**Processo:** 01/2021/4/0  
**Requerente:** Maria Zelinda Sá Rodrigues Pimenta  
**Tp. Pedido:** Licenciamento  
**Tp. Construção:** Nova Construção  
**Tp. Utilização:** Barração  
**Tipo Informação:** Deferido (Despacho)  
**Data reunião:** 11-02-2021  
**Local Obra:** Rua da Lagoa de Cima  
**Informação:** Deferido  
**Freguesia:** Degracias e Pombalinho

**Class.:** 01  
**Ano:** 2021  
**Número:** 1676  
**Dt. Entrada Reqt.:** 02-02-2021  
**Processo:** 01/2020/24/0  
**Requerente:** Anabela Duarte de Oliveira  
**Tp. Pedido:** Emissão Utilização  
**Tp. Construção:** Alteração da Utilização  
**Tp. Utilização:** Habitação Comércio e S.  
**Tipo Informação:** Deferido (Despacho)  
**Data reunião:** 12-02-2021  
**Local Obra:** Rua dos Ferreiros,1  
**Informação:** Deferido  
**Freguesia:** Soure

***04.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 22 de fevereiro de 2021 pelas 14,30 horas***

**Class.:** 01  
**Ano:** 2021  
**Número:** 2033  
**Dt. Entrada Reqt.:** 09-02-2021  
**Processo:** 01/2018/50/0  
**Requerente:** Cátia Sofia Lopes Marouvo Gonçalves  
**Tp. Pedido:** Junção de Elementos  
**Tp. Construção:** Nova Construção  
**Tp. Utilização:** Moradia Unifamiliar  
**Tipo Informação:** Deferido (Despacho)  
**Data reunião:** 17-02-2021  
**Local Obra:** Rua da Fonte - São José do Pinheiro  
**Informação:** Deferido nos termos da informação  
**Freguesia:** Soure

**Class.:** 01  
**Ano:** 2020  
**Número:** 19259  
**Dt. Entrada Reqt.:** 10-12-2020  
**Processo:** 01/2020/74/0  
**Requerente:** Ivo José Ferreira Costa  
**Tp. Pedido:** Projeto de Arquitetura  
**Tp. Construção:** Nova Construção  
**Tp. Utilização:** Habitação e Muros  
**Tipo Informação:** Deferido (Despacho)  
**Data reunião:** 17-02-2021  
**Local Obra:** Torre do Sobral  
**Informação:** Deferido nos termos da informação  
**Freguesia:** Soure

**Class.:** 01  
**Ano:** 2020  
**Número:** 20529  
**Dt. Entrada Reqt.:** 30-12-2020  
**Processo:** 01/1998/83/0  
**Requerente:** Albino César Almeida Coelho Araújo  
**Tp. Pedido:** Emissão Utilização  
**Tp. Construção:** Alteração  
**Tp. Utilização:** Habitação  
**Tipo Informação:** Deferido (Despacho)  
**Data reunião:** 19-02-2021  
**Local Obra:** Carvalhal de Azóia  
**Informação:** Deferido de acordo com o teor da informação  
**Freguesia:** Samuel

**Class.:** 01  
**Ano:** 2020  
**Número:** 8744  
**Dt. Entrada Reqt.:** 09-06-2020  
**Processo:** 01/2020/33/0  
**Requerente:** Gil Miguel Domingues Antunes  
**Tp. Pedido:** Projeto de Arquitetura  
**Tp. Construção:** Reconstrução, Alteração  
**Tp. Utilização:** Habitação  
**Tipo Informação:** Deferido (Despacho)  
**Data reunião:** 19-02-2021  
**Local Obra:** Sabugueiro  
**Informação:** Deferido de acordo com o teor da informação técnica  
**Freguesia:** Degraças e Pombalinho

**Class.:** 01  
**Ano:** 2020  
**Número:** 11084

***04.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 22 de fevereiro de 2021 pelas 14,30 horas***

**Dt. Entrada Reqt.:** 22-07-2020  
**Processo:** 01/2020/34/0  
**Requerente:** Vitor Manuel Santos Lourenço  
**Tp. Pedido:** Projeto de Arquitetura  
**Tp. Construção:** Alteração/Ampliação  
**Tp. Utilização:** Moradia Unifamiliar e M  
**Tipo Informação:** Deferido (Despacho)  
**Data reunião:** 19-02-2021  
**Local Obra:** Cabeça da Corte  
**Informação:** Deferido de acordo com o teor da informação técnica  
**Freguesia:** Degracias e Pombalinho

**Class.:** 01  
**Ano:** 2021  
**Número:** 2055  
**Dt. Entrada Reqt.:** 09-02-2021  
**Processo:** 01/2021/5/0  
**Requerente:** Filipe José Brás Alegre  
**Tp. Pedido:** Licenciamento  
**Tp. Construção:** Nova Construção  
**Tp. Utilização:** Habitação  
**Tipo Informação:** Deferido (Despacho)  
**Data reunião:** 19-02-2021  
**Local Obra:** Rua Principal  
**Informação:** Deferido de acordo com o teor da informação técnica  
**Freguesia:** Soure

**Class.:** 01  
**Ano:** 2021  
**Número:** 2784  
**Dt. Entrada Reqt.:** 18-02-2021  
**Processo:** 01/2002/273/0  
**Requerente:** Aldeia de Cima-Investimentos Imobiliários Lda  
**Tp. Pedido:** Fotocópias Diversas  
**Tp. Construção:** Reconstrução  
**Tp. Utilização:** Habitação  
**Tipo Informação:** Deferido (Despacho)  
**Data reunião:** 19-02-2021  
**Local Obra:** Rua Marechal Gomes da Costa  
**Informação:** Deferido  
**Freguesia:** Pombalinho

**Class.:** 01  
**Ano:** 2021  
**Número:** 2674  
**Dt. Entrada Reqt.:** 17-02-2021  
**Processo:** 01/2018/14/0  
**Requerente:** Vitor Jorge Costa Filipe  
**Tp. Pedido:** Junção de Elementos  
**Tp. Construção:** Nova Construção  
**Tp. Utilização:** Moradia Unifamiliar e M  
**Tipo Informação:** Deferido (Despacho)  
**Data reunião:** 19-02-2021  
**Local Obra:** Casal dos Ferreiros  
**Informação:** Deferido de acordo com o teor da informação técnica  
**Freguesia:** Soure

**Class.:** 01  
**Ano:** 2021  
**Número:** 720  
**Dt. Entrada Reqt.:**  
**Processo:** 01/2019/42  
**Requerente:** Maria Madalena Lucas dos Santos

***04.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 22 de fevereiro de 2021 pelas 14,30 horas***

**Tp. Pedido:** Alteração de Utilização  
**Tp. Construção:**  
**Tp. Utilização:** Comércio/Serviços  
**Tipo Informação:** Deferido (Despacho)  
**Data reunião:** 19-02-2021  
**Local Obra:** Rua João de Deus  
**Informação:** Deferido  
**Freguesia:** Soure

**Class.:** 01  
**Ano:** 2021  
**Número:** 1808  
**Dt. Entrada Reqt.:**  
**Processo:** 01/2019/35  
**Requerente:** Bruno Rafael Lopes dos Santos  
**Tp. Pedido:** Emissão de Alvará  
**Tp. Construção:** Construção de Moradia e Anexos  
**Tp. Utilização:** Habitação  
**Tipo Informação:** Deferido (Despacho)  
**Data reunião:** 19-02-2021  
**Local Obra:** Casal do Barril  
**Informação:** Deferido  
**Freguesia:** Soure

Total: 16

***Foi tomado conhecimento, publique-se, divulgue-se e afixe-se no átrio dos Paços do Concelho.***-----

**Ponto 3. Informação Financeira**

**3.1. Resumo Diário de Tesouraria**

***Foi tomado conhecimento, publique-se, divulgue-se e afixe-se no átrio dos Paços do Concelho.***-----

**3.2. Encargos e Compromissos**

***Foi tomado conhecimento, publique-se, divulgue-se e afixe-se no átrio dos Paços do Concelho.***-----

**Ponto 4. Apreciação das Propostas de Ata**

**4.1. - 16.12.2020**

***Deliberado, por unanimidade, aprovar a presente proposta de Ata.***-----



***04.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 22 de fevereiro de 2021 pelas 14,30 horas***

4.2. - 30.12.2020

***Deliberado, por unanimidade, aprovar a presente proposta de Ata.-----***

**Ponto 5. GRANDES OPÇÕES DO PLANO - PPI E AMR - E ORÇAMENTO // 2021  
. Apreciação de Propostas de Alteração - 2ª/2ª - Para Conhecimento**

O Senhor Presidente da Câmara Mário Jorge Nunes, referiu que: “dar-vos conhecimento da 2.ª alteração com ligeiras considerações.

Embora em termos das Grandes Opções do Plano haja aqui, de facto, uma alteração mais significativa na área das infraestruturas e do espaço público na área do ordenamento, mas tem em conta o conjunto de candidaturas que também estamos a aprovar e com o andamento das obras do mercado, tendo sido adjudicada esta fase intermédia de obra complementar...

Também tivemos aqui a atribuir algumas despesas na área da Saúde tendo em conta o Plano de Vacinação e o reforço da nossa reserva estratégica de equipamentos de proteção individual, nomeadamente de máscaras, álcool gel e equipamentos de proteção individual, estamos a reforçar a nossa reserva estratégica comprando mais umas dezenas de milhares de máscaras para ir fornecendo, quer ao Setor Social, quer à Educação. Também na parte educativa, a aquisição de algum material informático. Na primeira alteração deixámos a descoberto aqui algumas áreas que agora estamos a reforçar, portanto, não foi preciso mexer na área da Saúde e da Ação Social, mas foi necessário reforçar estas verbas neste contingente.”-----

***Foi tomado conhecimento da decisão do Senhor Presidente da Câmara que o Objetivo, naturalmente, é reforçar algumas dotações de Despesa tendo em vista dar cobertura a encargos de difícil previsão e, ainda a outros que decorrem de deliberações a tomar pelo Executivo.***

***Assim, nos termos do n.º 1 do artº 34.º da lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro e de acordo com a Delegação de Competências que me foi atribuída pela deliberação de 20 de outubro de 2017, conjugado com a alínea a) do n.º 2 do artigo 6.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de Setembro, aprovou a seguinte alteração às Grandes Opções do Plano - PPI e AMR - e ao Orçamento.-----***

***04.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 22 de fevereiro de 2021 pelas 14,30 horas***

**Ponto 6. Parecer para a Constituição de Compropriedade**

- . Processo n.º 10/2021/13
- . Carlos Silva, Solicitador
- . Emissão de Certidão Favorável à Constituição de Compropriedade de 2 de Prédios Rústicos através de Doação - Artigo 54.º da Lei 91/95, de 2/9 com a Atual Redação

Foi presente a seguinte informação:

Assunto : Processo n.º 10/2021/13

Requerente: Carlos Silva, solicitador

Emissão de certidão favorável à constituição de compropriedade de 2 de prédios rústicos através de **doação** - artigo 54.º da Lei 91/95, de 2/9 com a atual redação

Face ao teor da informação jurídica, considerando que o ato a praticar é uma **doação**, sugere-se que seja deferido o pedido de emissão de certidão com parecer favorável para a constituição de compropriedade dos prédios rústicos, registados com os artigos matríciais n.º 2665 e 2903 da Freguesia de Tapéus.

De acordo com a classificação do PDM, os dois prédios situam-se em zona agrícola, um deles em RAN e parcialmente inserido em REN, e o outro sem RAN e sem REN.

O assunto deverá ser presente à reunião de Câmara para deliberação.

Maria José O. Carvalhão – Eng.ª Civil  
Chefe de Divisão de G.U.P.D.  
10 de fevereiro de 2021

***Deliberado, por unanimidade, aprovar o pedido de emissão de certidão com parecer favorável para a constituição de compropriedade dos prédios rústicos, registados com os artigos matríciais n.º 2665 e 2903 da Freguesia de Tapéus, conforme decorre da informação técnica dos serviços.-----***

**Ponto 7. EDUCAÇÃO E JUVENTUDE – ENSINO BÁSICO E SECUNDÁRIO**

- . PROGRAMA REALIZA-TE - PLANOS INOVADORES DE COMBATE AO INSUCESSO ESCOLAR  
- FASE II
- . EQUIPAS MULTIDISCIPLINARES DE INTERVENÇÃO MULTINÍVEL
- . Aquisição de Serviços na Área da Nutrição  
- Adjudicação

Foi presente a seguinte informação:

**04.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 22 de fevereiro de 2021 pelas 14,30 horas**

**Assunto: EDUCAÇÃO E JUVENTUDE – ENSINO BÁSICO E SECUNDÁRIO  
PROGRAMA REALIZA-TE – PLANOS INOVADORES DE COMBATE AO INSUCESSO ESCOLAR – FASE II  
EQUIPAS MULTIDISCIPLINARES DE INTERVENÇÃO MULTINÍVEL  
\* AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DA NUTRIÇÃO  
• ADJUDICAÇÃO**

Por Deliberação da Câmara Municipal, de 29.01.2021, foi decidido recorrer à figura do ajuste directo, como procedimento prévio à adjudicação do serviço acima mencionado.

A entidade consultada apresentou a seguinte proposta:

EMPRESA	VALOR
Daniela Filipa Simões Andrade	10.000,00 €

Uma vez que a empresa respondeu ao solicitado, que o preço proposto está de acordo com o preço base definido, sugere-se a adjudicação à entidade “Daniela Filipa Simões Andrade”.

É dispensada a redução do contrato a escrito, conforme a alínea a) do n.º 1 do artigo 95º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro.

Nos termos da alínea f) do n.º 1 do art. 124º do Código de Procedimento Administrativo e do artigo 125.º do Código dos Contratos Públicos, sugere-se a dispensa de audiência prévia uma vez que a adjudicação é favorável ao interessado.

Nos termos do artigo 290.º-A do CCP a Câmara Municipal deve designar um gestor do contrato com a função de acompanhar permanentemente a execução deste. Desta forma, sugere-se que seja designado a Chefe de Divisão Assuntos Sociais e Educação em R/S -Sofia Valente Drª.

**CONCLUSÃO**

Tendo em conta a presente informação, sugerimos:

1. A dispensa da redução do contrato a escrito;
2. A dispensa da audiência prévia;
3. A adjudicação do presente serviço à entidade “Daniela Filipa Simões Andrade”;
4. Autorização para a realização da despesa no valor de 10.000,00 euros;
5. A designação para gestor do contrato a Chefe de Divisão Assuntos Sociais e Educação em R/S, Sofia Valente Drª.

À consideração superior,  
O Técnico Superior,  
(Fernando Cavacas, Dr.)  
15.02.2021

***Deliberado, por unanimidade, aprovar: a dispensa da redução do contrato a escrito; a dispensa da audiência prévia; a adjudicação do presente serviço à entidade “Daniela Filipa Simões Andrade”; a autorização para a realização da despesa no valor de 10.000,00 euros; a designação para gestor de contrato a Chefe de Divisão Assuntos Sociais e Educação em R/S, Sofia Valente, Dra., conforme decorre da informação técnica dos serviços.-----***

***04.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 22 de fevereiro de 2021 pelas 14,30 horas***

**Ponto 8. EDUCAÇÃO/ENSINO PRÉ-ESCOLAR, BÁSICO E SECUNDÁRIO**

**. Medidas Implementadas no Âmbito do COVID-19**

- Ensino à Distância
- Apoio Alimentar
- . Ponto de Situação – Para Conhecimento

Foi presente a seguinte informação:

**Assunto: EDUCAÇÃO/ ENSINO PRÉ ESCOLAR, BÁSICO E SECUNDÁRIO**

**- MEDIDAS IMPLEMENTADAS NO ÂMBITO DO COVID -19**

- ENSINO À DISTÂNCIA
- APOIO ALIMENTAR
- PONTO DE SITUAÇÃO

Relativamente ao assunto em epígrafe, informa-se que:

Considerando a situação atual imposta pela Pandemia do COVID 19, que determinou a implementação do Ensino à Distância a partir de 08 de fevereiro de 2021, como forma de medida de contenção de propagação deste vírus, o Município de Soure, em estreita cooperação com o Agrupamento de Escolas Martinho Árias de Soure procedeu às seguintes diligências:

**ENSINO À DISTÂNCIA - DESDE 08 DE FEVEREIRO**

**1 - MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS DE ACOLHIMENTO**

Continuidade do funcionamento de dois pólos de acolhimento para filhos de profissionais de serviços essenciais até aos 12 anos (artigo 31.º B do Decreto n.º 3-C/2021 de 22 de janeiro), crianças que usufruam de apoios terapêuticos (artigo 31.º A do Decreto n.º 3-C/2021 de 22 de janeiro) e para crianças e jovens em situação de risco ou perigo (artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 8-B/2021 de 22 de janeiro).

Pólo	N.º alunos			
	Pré-Escolar	1.ºCEB	2.º e 3.º CEB	DL 54º (ensino especial)
CE Granja do Ulmeiro	10	21	2	0
Esc. Sec Soure	3	9	5	2
Totais Ciclos	13	30	7	2
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>52</b>			

**2 - APOIO ALIMENTAR NO ÂMBITO DA AÇÃO SOCIAL ESCOLAR  
CONTINUIDADE DO SERVIÇO DE ENTREGA DE REFEIÇÕES AO DOMICÍLIO**

**04.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 22 de fevereiro de 2021 pelas 14,30 horas**

Continuidade da sinalização e entrega de refeições ao domicílio aos alunos de escalão A e B da Ação Social Escolar, desde o pré-escolar até ao ensino secundário, aos alunos que assim o solicitassem, estando este serviço a funcionar a partir de dois pólos, a saber: Sede Agrupamento Escolas Martinho Árias de Soure e Centro Escolar da Granja do Ulmeiro, de acordo com o artigo 31.º A, ponto 3, do Decreto n.º 3-C/2021 de 22 de janeiro.

Pólo	N.º alunos com refeições diárias			
	Pré-Escolar	1.ºCEB	2.º e 3.º CEB	DL 54º (ensino especial)
CE Granja do Ulmeiro	0	2	0	0
Esc. Sec Soure	1	5	12	0
Totais Ciclos	1	7	12	0
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>20</b>			

A estes alunos com refeições diárias entregues ao domicílio, acrescem os 52 alunos das Escolas de Acolhimento que usufruem do serviço de almoço diariamente.

De realçar que o Município de Soure tomou a iniciativa de isentar as comparticipações familiares das refeições - almoço das crianças que frequentaram e que continuam a frequentar as Escolas de Acolhimento e usufruíram e continuam a usufruir das refeições ao domicílio em regime de *Take Away*, como forma de auxílio às famílias cujos Encarregados de Educação se encontram na linha da frente no combate a esta Pandemia (deliberação de Reunião de Câmara de 08-02-2021).

### 3 - SERVIÇO DE TRANSPORTE ALUNOS

Continuidade do serviço de transporte de alunos, que necessitam, da residência à escola de acolhimento.

ALUNOS TRANSPORTADOS	Pólo Soure	Pólo Granja do Ulmeiro
Pré-Escolar	2	-
1.º CEB	1	-
2.º e 3.º CEB	1	5
Total	4	5
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>9</b>	

### 4 - EQUIPAS MULTIDISCIPLINARES

Continuidade do funcionamento da Equipa Multidisciplinar do Município, privilegiando o acompanhamento *online*, e mantendo sessões presenciais sempre que se verificasse a sua necessidade.

### 5 - EMPRÉSTIMO TABLETS E ROUTERS - TODOS OS NÍVEIS DE ENSINO

**04.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 22 de fevereiro de 2021 pelas 14,30 horas**

Cedência na modalidade de comodato, até à retoma do ensino presencial, dos tablets disponíveis pelos alunos que não tenham equipamento informático que lhes possibilite o acesso ao ensino à distância, e que estejam inseridos em agregados familiares dos escalões A e B da ação social escolar, ou que sejam sinalizados por situações sociais/ Agrupamento de Escolas Martinho Árias de Soure ou IPH. Pretende-se assim dotar os alunos em situação de maior vulnerabilidade social e de exclusão digital de modo a permitir a implementação de metodologias de ensino à distância e promover a continuidade das aprendizagens, prevenindo o insucesso escolar que poderia ser provocado por interrupção do acompanhamento dos alunos em maior risco.

Os dados, até ao dia de hoje, relativamente à implementação desta medida são os seguintes:

TABLETS				
CICLO ENSINO	ESCALÃO A	ESCALÃO B	SEM ESCALÃO	TOTAIS
1.º CEB	24	10	15	49
2.º/ 3.º CEB E SEC.	15	9	7	31
TOTAIS	39	19	22	80

ROUTERS				
CICLO ENSINO	ESCALÃO A	ESCALÃO B	SEM ESCALÃO	TOTAIS
1.º CEB	4	2	2	8
2.º/ 3.º CEB E SEC.	5	3	1	9
TOTAIS	9	5	3	17

- Acrescenta-se que as duas escolas de acolhimento foram reforçadas com a cedência de **15 tablets para apoio no Ensino à Distância.**

Realce-se a doação de **30 tablets** por parte da empresa Frutorra - Pimenta Lda., no âmbito das suas políticas sociais, que irá reforçar a capacidade de cedência por parte da Autarquia, nos termos da alínea j) do n.º1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal aceitar doações.

Foram também adquiridas 65 *webcams* para apoio às Escolas de Acolhimento (15 unidades) e as restantes serão distribuídas pelas Escolas do 1.º Ciclo.

#### 6 - A OPERACIONALIZAÇÃO DE UM SERVIÇO DE ENTREGA DE TRABALHOS ESCOLARES A ALUNOS

Manutenção da maioria das escolas do 1.º CEB abertas, em dias específicos, para servir de apoio aos alunos e pais na entrega de livros e trabalhos reencaminhados pelos professores.

#### 7 - ESCOLA VIRTUAL - PORTO EDITORA

No âmbito da oferta do Município de Soure dos Acessos à Escola Virtual da Porto Editora a todos os alunos que frequentam estabelecimentos do 1.º ciclo do Ensino Básico do Concelho de Soure (e respetivas famílias) e aos professores do mesmo Ciclo de Ensino, destacam-se várias vantagens desta oferta, nomeadamente:



***04.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 22 de fevereiro de 2021 pelas 14,30 horas***

- Os alunos que usufruíram da oferta do Município de Soure já se encontram inseridos na sua turma, com os seus professores. Não é necessário colocar um código para ativar as turmas eventualmente criadas pelo seu Professor, facilitando e promovendo assim a sua utilização;
- Os Professores do 1.º Ciclo das Escolas do Concelho de Soure, devido à oferta do Município, podem desde logo enviar tarefas e conteúdos para os seus alunos, sem necessidade de terem que criar nada, pois já está tudo previamente articulado, o que incentiva à utilização da plataforma;
- Existe já um conhecimento prévio de todas estas funcionalidades, pois quer pais, quer professores, usufruíram de formação ministrada pela Porto Editora e promovida pelo Município de Soure, acerca do funcionamento da plataforma da Escola Virtual.

Face ao exposto, sugerimos que:

- 1 - Se dê conhecimento à Câmara Municipal o ponto de situação sobre as medidas implementadas;
- 2 - Que se aprove a doação dos 30 tablets da Empresa Frutorra - Pimenta Lda., nos termos da alínea j) do n.º1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

À consideração superior,  
Chefe Divisão Assuntos Sociais e Educação em R/S  
(Sofia Valente, Dra.)  
17/02/2021

O Senhor Vereador Dr. Gil Soares, referiu que: “trata-se de um ponto de situação nesta nova fase do ensino à distância que se iniciou a 8 de fevereiro. Mantivemos com o Agrupamento de Escolas de Soure as duas Escolas de Acolhimento a funcionar, aqui em Soure na Escola Secundária e na Granja do Ulmeiro, temos, neste momento, 52 alunos a frequentar estas Escolas de Acolhimento, 33 na Granja do Ulmeiro e 19 em Soure. Mantivemos o apoio alimentar, em termos de Ação Social Escolar, entregamos, neste momento, 20 refeições diárias a alunos que beneficiam da Ação Social Escolar, para além das 52 refeições que servimos nas Escolas de Acolhimento. A aposta que temos vindo a fazer, há longos anos, na questão de recorrermos a fornecimento de refeições escolares às IPSS locais, vemos que em situações de dificuldade como são agora os tempos que correm, de facto, nunca nos deixaram ficar mal. Na questão onde entram empresas privadas, como é o caso da empresa que fornece a cantina da Escola Secundária, todos os dias é uma luta diária que, neste caso o Agrupamento de Escolas de Soure tem, para garantir as refeições porque atrasam, não estão disponíveis para a hora certa, já entregaram refeições às 13h30m para depois nós ainda irmos distribuir aos alunos às suas residências, portanto, acho que é de elementar justiça salientar que, de facto, as IPSS, neste caso o Centro de Assistência Paroquial da Granja do Ulmeiro, que nos fornece a Zona Norte, tem nesta fase numerosas preocupações sociais na questão da gestão da ERPIS e do Apoio Domiciliário e não falha como não falham as outras IPSS, portanto, temos que valorizar, de facto, esta resposta local.

Os serviços de transporte da autarquia asseguram os transportes a quem o solicitou para as Escolas de Acolhimento, temos 9 alunos, neste momento, a beneficiar desse serviço.

***04.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 22 de fevereiro de 2021 pelas 14,30 horas***

Temos as Escolas do 1.º Ciclo abertas em horários específicos para a entrega de trabalhos escolares aos alunos. Na questão do ensino à distância temos, neste momento, temos 80 tablets cedidos, 17 routers cedidos, 15 tablets que reforçámos nas Escolas de Acolhimento. Assinalar também, nestas situações mais difíceis, aquilo de bom que nós temos. Uma empresa do Concelho de Soure, a Frutorra Pimenta Lda, fez uma doação de 30 tablets ao Município de Soure para reforçar esta oferta aos alunos, portanto, sendo um formalismo, mas é obrigatório, a Câmara Municipal terá que deliberar sobre a aceitação dessa doação.”-----

O Senhor Vereador Eng.º Agostinho Gonçalves, referiu que: “na última reunião de Câmara, sobre este ponto, coloquei uma questão ao Senhor Presidente, nomeadamente ao Senhor Vereador, se estava em condições de me garantir que todos os alunos tinham acesso ou tinham condições para ter acesso às aulas via televisão ou via internet. O Senhor Vereador Dr. Gil Soares respondeu, e bem, que não podia dar a garantia 100%, uma vez que devia de haver situações que ele não controlava e isso percebe-se perfeitamente, mas que, nessa semana ou na semana a seguir os professores iam ver quais os alunos que não estavam a ter e iam fazer uma avaliação, e depois comunicavam essas situações para que a Câmara pudesse corrigir. O que eu queria perguntar era se essa metodologia foi aplicada? Deu resultado? Os professores “cumpriram” o que estava acordado? Nós, neste momento, já podemos garantir que todos os alunos no Concelho de Soure têm condições para estarem a assistir às aulas não presenciais via TV ou via internet?”-----

O Senhor Vereador Dr. Gil Soares, referiu que: “relativamente a essa questão foi, de facto, feito por parte do Agrupamento de Escolas de Soure em termos dos seus professores uma nova avaliação das necessidades e do acompanhamento que estava a ser feito às aulas. De facto verificámos que havia casos pontuais do ensino secundário em localidades situadas nas Freguesias de Degraças e Pombalinho, Tapéus e Vinha da Rainha, que estavam com dificuldades de cobertura. Aquilo que o Município reiterou junto do Agrupamento de Escolas de Soure é que disponibilizariámos transporte para esses alunos irem para as Escolas de Acolhimento como estão alguns a assistir às aulas na própria Escola de Acolhimento. O Agrupamento de Escolas de Soure sensibilizou novamente os professores para contactarem esses alunos para ver qual era a melhor solução, por aquilo que nos chegou, dado que não houve nenhum pedido de transporte, é que houve meios alternativos para esses alunos assistirem. Tenho conhecimento que alguns estão a assistir em casa de familiares, que às vezes é uma distância curta e que faz toda a diferença em termos de cobertura de rede.

Neste momento aquilo que lhe posso garantir é que no 1.º Ciclo não existe nenhum aluno, neste momento, que não tenha acesso ao ensino por falta de meios. Do 2.º Ciclo ao Secundário, que é uma parte que nós não temos o contacto das famílias, é o Agrupamento de Escolas de Soure que faz essa gestão, mas sei que a está a fazer, não houve nenhum pedido à autarquia para deslocar nenhum aluno por falta de ensino à distância, pelo que depreendo,

***04.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 22 de fevereiro de 2021 pelas 14,30 horas***

não tenho razão para pensar o contrário, que neste momento todos têm acesso ao ensino à distância.”-----

A Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos, referiu que: “sobre este ponto queria saudar o Executivo por todo o apoio e esforço que está a fazer nesta matéria em procurar criar condições para que todos os alunos continuem a ter direito à Educação no Concelho de Soure. Sabemos que o ensino à distância tem problemas, levanta problemas, no entanto estes problemas certamente que são menores do que o problema de contágio e de manutenção das Escolas abertas, portanto, privilegiou-se a saúde. Todos sabem, quer alunos, certamente pais e professores que a qualidade do ensino à distância não é a qualidade do ensino presencial. Do conhecimento que tenho enquanto professora, posso adiantar existem situações de alunos com grandes dificuldades de rede no acesso às aulas e não propriamente a ausência de material, alunos que se vêm impedidos de aparecer, ou não têm som, ou não têm imagem, logo ficam sempre prejudicados em relação a outros que estão ou que vivem em zonas com rede.

Do acompanhamento semanal que é feito por professores e diretores de turma, verifico que isto acontece um pouco por todo o Concelho, sendo a serra uma zona onde isto acontece muito, Vinha da Rainha, mas há registo disto um pouco por todo o Concelho. O que acabo de dizer é da minha responsabilidade, não vincula, minimamente, o Agrupamento de Escolas de Soure.

Saúdo o Senhor Vereador Dr. Gil Soares pelas suas palavras de saudação e de agradecimentos às IPSS do Concelho de Soure pela resposta que continuam a dar, também, na vertente da alimentação, aos nossos alunos, mesmo sabendo o momento difícil que elas atravessam com os problemas que têm tido desde o início da pandemia e, certamente, reconhecer a qualidade da resposta que dão. A necessidade desta resposta vem na sequência da privatização das cantinas escolares, que passaram a ter uma qualidade duvidosa, e quando não é rentável deixam de prestar os serviços, aliás, à semelhança do que acontece com os transportes públicos, em particular os transportes escolares.-----

O Senhor Presidente da Câmara Mário Jorge Nunes, referiu que: “há aqui há duas questões, tomarmos conhecimento das ações que estão a ser desenvolvidas e aprovarmos o donativo feito pela empresa Frutorra Pimenta, Lda, um donativo ao Município, para depois nós entrarmos com estes 30 tablets no nosso património e contingente de cedência aos alunos.

Dizer que, de facto, será sempre difícil nós conseguirmos cobrir todas as legítimas recomendações. Tenho tido uma ou duas notas de “queixa” de agregados familiares que se queixam de que não têm rendimentos suficientes para sustentar o custo das telecomunicações, certo é que serão sempre reencaminhados para os serviços para ser feita essa avaliação e enquadramento, e depois há aqui um desfasamento interpretativo daquilo que é o entendimento do necessitado e o entendimento de quem tem que padronizar a decisão.

***04.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 22 de fevereiro de 2021 pelas 14,30 horas***

É verdade que há zonas do Concelho que não têm cobertura, falo por experiência própria, tenho duas jovens estudantes ainda em casa que para poderem estar em compatibilidade com as suas necessidades têm que se deslocar durante a semana para outro local de residência escolar, para poderem estar apenas online com o estabelecimento de ensino que frequentam. Outros que não tenham essa possibilidade, de facto, compreendo que tenham problemas e que a rede fixa tenha que ser substituída por rede móvel, cujos dados móveis são muito mais caros.

Estamos a fazer uma tentativa, os serviços técnicos do Município, quer de informática, quer de eletrotécnica, estão a fazer contacto com as operadoras... Não há nada que venha substituir a presença dos alunos da escola e eu desejo que, tão breve quanto possível, haja um desconfinamento escolar, especialmente aos alunos até aos 12 anos e estarmos preparados para esse retorno às aulas, ao regime presencial. É bom que tenhamos presente que a utilização das tele-conferências e do ensino à distância por via de uma interação, não é através da tele-escola, isso seria andar trinta anos para trás, através da interação e da telecomunicação entre a Escola e os professores e os alunos, é uma medida complementar que eu penso que vai ficar para muitos anos para a frente e o Município, assim como se preocupa com o transporte gratuito dos alunos para Escolas, também tem que encontrar, juntamente com as tecnologias, situações dedicadas para podermos ter esse interface entre o aluno e a Escola, especificamente para esse fim.”-----

***Foi tomado conhecimento do ponto de situação sobre as medidas implementadas no âmbito do COVID-19.-----***

***Deliberado, por unanimidade, aprovar a doação dos 30 tablets da Empresa Frutorra - Pimenta Lda., nos termos da alínea j) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, 12 de setembro, conforme decorre da informação técnica dos serviços.-----***

**Ponto 9. CULTURA**

**. AÇÕES NO ÂMBITO DA CULTURA**

**. Apoio ao Funcionamento**

- Folclore
- Escolas de Música e Bandas Filarmónicas
- Teatro

Foi presente a seguinte Proposta:

**Proposta**

**Assunto:** Cultura

Ações no Âmbito da Cultura

Apoio ao Funcionamento

***04.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 22 de fevereiro de 2021 pelas 14,30 horas***

- Folclore
- Escolas de Música e Bandas Filarmónicas
- Teatro

**Considerando:**

- A informação técnica emanada da Divisão de Cultura, Desporto, Tempos Livres e Promoção Turística - em anexo;
- Que apesar da situação pandémica que atravessamos, as Associações Culturais, Sociais e Desportivas têm mantido alguma atividade, pelos mesmos até ao fim do primeiro trimestre, ações evidenciadas nas plataformas digitais, entre outras, para além da manutenção, conservação e funcionamento dos equipamentos;
- O esforço reconhecido a estas entidades, no incentivo aos jovens na formação não formal através das várias manifestações culturais, para além de revelarem um espírito criativo na realização de ensaios e espetáculos online;
- Que o Movimento Associativo no Concelho de Soure, constituído por coletividades e associações, desenvolve um papel importante na dinamização de atividades desportivas, culturais e de recreio, junto das populações;
- O surto epidémico de COVID-19 exigiu do país medidas excecionais. Hoje existem novos problemas para todos os setores da sociedade e o Movimento Associativo no Concelho de Soure não foi exceção, vendo a sua atividade limitada, suspensa ou encerrada. No entanto, as despesas correntes mantêm-se desde água, luz, gás, seguros obrigatórios ou outras despesas inerentes ao seu funcionamento;
- Que importa garantir que este importante setor, possa retomar a sua atividade o mais brevemente possível, dado que é um fator primordial na coesão social concelhia;
- Que a prossecução do interesse público municipal, também concretizada por estas entidades legalmente existentes no Concelho, que visam fins de natureza cultural, social, desportiva ou outros socialmente relevantes, constituindo um auxiliar inestimável na promoção do bem-estar e da qualidade de vida da população;
- Que, estas pessoas coletivas desempenham uma função social insubstituível, afirmando-se como espaços onde grupos e indivíduos descobrem ou desenvolvem vocações, preservam ou criam tradições, adquirem formação nas mais diversas áreas e, deste modo, colaboram na construção de realidades novas, enriquecem a vivência individual e coletiva e exercitam a democracia e a coesão social;
- Pela consciência desta realidade e do interesse público de que se reveste a cooperação com estes espaços de cidadania e participação, bem como pelo conhecimento da importância da concessão de apoios na sobrevivência de muitas entidades.

**Considerando, ainda, que:**

- As outras associações de fins altruísticos, que não usufruíram de apoio ao funcionamento, terão medidas de apoio no âmbito do Regulamento de Concessão de Incentivos e Apoios à Recuperação da Atividade Económica Concelhia;

***04.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 22 de fevereiro de 2021 pelas 14,30 horas***

- As coletividades desportivas estão abrangidas pelos Contratos-Programa de Desenvolvimento Desportivo em vigor, e as que não estão, beneficiam da Grelha de Apoio ao Desporto, aprovada para a época 2020/2021, em reunião de Câmara Municipal de 10 de agosto de 2020;
- A Câmara Municipal tem competência para deliberar sobre a concessão de apoios financeiros a instituições legalmente constituídas, tendo por objetivo o desenvolvimento, entre outros, de atividades culturais, nos termos da alínea p) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- A vigência até 31 de dezembro de 2021, do artigo 35.º do Decreto Lei n.º 10-A/2020 de 13 de março, que determina que «Para efeitos do disposto na alínea v) do n.º 1 do artigo 16.º, bem como da alínea ff) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, considera-se apoio à atividade de interesse para a freguesia, bem como apoio à atividade económica de interesse municipal, respetivamente, a concessão de apoios, em dinheiro ou em espécie, a entidade e organismos legalmente existentes, relacionados com a resposta à pandemia da doença Covid-19 ou a recuperação económica no contexto da mesma.»

**Proposta:**

Face a atrás exposto, propomos:

1. A atribuição, a título excecional, de um apoio financeiro a todas as associações culturais, que tiveram atividade cultural comprovada em 2019, beneficiando do apoio ao funcionamento pago pelo Município em 2020 que evidenciem que essa atividade estava programada e se iniciou em 2020;
2. Que o montante em concreto do apoio seja o validado no apoio financeiro do ano anterior, com base na Grelha de Apoio constante da Informação da Divisão de Cultura, Desporto, Tempos Livres e Promoção Turística;
3. A aprovação da Grelha de Apoios atrás aludida.

Os apoios a conceder a estas Associações Culturais, pressupõem a apresentação de um relatório de eventuais atividades e ações desenvolvidas ou programadas em 2020, bem como da apresentação da documentação que demonstre a legitimidade dos órgãos sociais e da inexistência de dívidas à Autoridade Tributária e Segurança Social.

Dos apoios concedidos, em concreto, deverá ser dado conhecimento ao Executivo Municipal.

Soure, 18 de fevereiro de 2021

O Vereador,  
(Gil Soares, Dr.)

O Senhor Presidente da Câmara Mário Jorge Nunes, referiu que: “o Senhor Vereador Dr. Gil Soares, que tem competências delegadas nesta matéria, dará aqui uma explicação sobre a questão colocada pela Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos na última reunião e fará o seu enquadramento e que serve também de enquadramento à proposta que pretende que seja



***04.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 22 de fevereiro de 2021 pelas 14,30 horas***

aprovada no Executivo para conforto da decisão, neste caso, política e técnica que o Município tem que tomar.”-----

O Senhor Vereador Dr. Gil Soares, referiu que: “quanto à questão previa de como é que estavam a ser processados os apoios ao funcionamento até este efeito da pandemia que teve início fevereiro/março/ abril do ano passado, estamos a falar dos apoios ao funcionamento às Associações Culturais, Bandas Filarmónicas, Escolas de Música, Grupos de Folclóricos, Escolas de Dança, Teatro, basicamente são estas as atividades que nós apoiávamos regularmente ao funcionamento. Não pagávamos com uma periodicidade mensal, pagávamos duas tranches semestrais ao longo do ano. Quando a Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos, e bem, coloca a questão se os apoios ao funcionamento de 2020 já estavam a ser pagos ou se tinham sido pagos, dir-lhe-ei o seguinte: os apoios de 2018, a atividade de 2018 cultural era validada com a entrega de um relatório no início do ano seguinte, portanto, a atividade de 2018, as Associações no início do ano subsequente, 2019, entregavam um relatório, os nossos Serviços da Cultura validavam essas atividades, confirmavam essas atividades, e era processado a primeira tranche em março e a segunda lá para julho do mesmo ano. Aquilo que se pagou em 2019 tem a ver com a atividade de 2018. O que se pagou em 2020, e isso faz parte dos documentos contabilísticos, tem a ver com a atividade cultural realizada e validada em 2019. Se não houvesse esta questão da pandemia, agora qual era o processo que estava a decorrer? As Associações estavam a entregar os Relatórios de Atividades, os nossos Serviços da Cultura estavam a validar e até ao mês de março pagava-se a primeira tranche da atividade de 2020. Portanto, quando perguntam o apoio ao funcionamento de 2020 foi pago? Depende da perspetiva e percebemos como é que as coisas estavam a funcionar, portanto, nós andamos um ano atrás, ou seja, pagámos a atividade de 2019 em 2020 e agora a atividade de 2020 iremos pagar em 2021, sempre funcionou assim, o que mantém uma estabilidade de pagamentos às Associações.

Feito este enquadramento prévio, o que é que se passa agora? É evidente que a atividade de 2020 foi muito condicionada pela pandemia e é preciso termos em consideração, e aí os fundamentos desta proposta, o seguinte: até março houve alguma atividade, alguns setores da cultura tinham mais atividade, outros era época baixa, ainda não tinham, mas até março houve de facto alguma atividade. A partir daí, com o Estado de Emergência, houve atividades que, por e simplesmente, foram canceladas, deixaram de ter atividade como o Folclore, é um exemplo, outras tentaram adaptar-se, fizeram alguns concertos, as Bandas Filarmónicas, as Escolas de Música, tiveram alguma atividade em termos de utilização de plataformas digitais e outros meios, mas há um aspeto comum a todas elas, é os compromissos que tinham em termos de manutenção de equipamentos, manutenção de edifícios, água, luz, seguros, impostos, todas elas, apesar de não terem atividade, esses compromissos tiveram que continuar a ser pagos, portanto, todo este serviço de manutenção de instalações e equipamentos teve que ser mantido.

#### ***04.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 22 de fevereiro de 2021 pelas 14,30 horas***

Depois, acho que é inegável para todos, consensual entre todos, de facto o papel que estas Associações desempenham no Concelho de Soure, na formação dos jovens, na interação com políticas de envelhecimento ativo, na defesa do património imaterial do nosso Concelho, na divulgação do nosso Concelho, na representação do nosso Concelho, portanto, assumem-se como verdadeiros fatores de coesão e desenvolvimento social.

Para além da atividade que não foi desenvolvida, mas havia Planos de Atividades em vigor, havia compromissos que existiam, os Ranchos Folclóricos evidentemente que não tiveram atuações, mas tinham, com certeza ao longo do ano, já contratos assinados para fazer festas, romarias, que, obviamente, essas entidades não puderam cumprir.

Na nossa própria atividade municipal estavam programados: o Filarmonias, o Clico do Teatro, o Encontro de Bandas, o Encontro de Escolas de Música, nas Comemorações do 25 de abril com as AEC e com outras Associações que também se envolviam, existia toda uma programação que, de facto, a sua não execução foi um transtorno elevado para estas Associações, portanto, não podemos deixar de ter isso em atenção.

A ideia desta proposta é, de facto, constituir-se como um verdadeiro instrumento de alavancagem destas diversas atividades para elas resistirem enquanto a pandemia se mantiver, terem capacidade de resiliência e depois retomarem o dinamismo que estamos habituados quando as medidas de desconfinamento assim o permitirem, portanto, acho que é de elementar justiça apoiarmos estas Associações Culturais. As outras que já não tinham apoio ao funcionamento já delirámos na alteração ao Regulamento de Incentivo à Economia que irá à Assembleia Municipal, portanto, estão salvaguardadas por ai. As Coletividades Desportivas também estão salvaguardadas porque mantém-se em vigor os Contratos-Programas e a Grelha de Apoio que aprovámos. Faltava preencher este círculo com as Associações Culturais que tinham em anos anteriores apoios ao funcionamento.

O método utilizado para o apoio, poderíamos estar aqui a fazer uma formulação, quem é que atuou alguma coisa em janeiro ou fevereiro ou quantos alunos da Escolas de Música? Acho que os tempos e esta mensagem de solidariedade entre todos, devemos funcionar numa base de confiança que assenta no seguinte: partimos da base da atividade realizada, consolidada e validada em 2019, portanto, a atividade de 2019 já foi validada pelos nossos serviços, já foi paga durante o ano de 2020, partimos do princípio que aquilo que fizeram em 2019 iriam fazer em 2020, portanto, consensualizar isso. Aquilo que pedimos, se aprovarmos este apoio, essas Associações apresentam um relatório sintético com aquilo que fizeram o que é que pensavam fazer em 2020, juntar os documentos de legitimidade dos dirigentes e declarações obrigatórias de inexistência de dívidas à Administração Tributária e à Segurança Social.

A nossa proposta depois de maturada é, de facto, deliberarmos este apoio extraordinário relativamente à atividade de 2020, a ser paga em 2021, partindo da base consolidada daquilo que foi pago em 2020 relativo à atividade realizada em 2019. Pensamos que é uma proposta justa e é um investimento que se justifica por parte da autarquia.”-----

***04.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 22 de fevereiro de 2021 pelas 14,30 horas***

A Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos, referiu que: “ouvi com atenção as palavras do Senhor Vereador Dr. Gil Soares sobre um ponto que eu tinha levantado. Li a proposta que aqui nos apresenta e revejo-me nas premissas que sustentam o apoio, que não é só de agora, mas de sempre, pois o movimento associativo, cultural, mereceu dos diversos Executivos. Reconheço e identifico todas as funções no âmbito da dinamização cultural, na socialização das pessoas que residem no Concelho, na promoção das relações intergeracionais que propiciam, sendo polos de dinamização cultural e social que estas Associações representam, mas também como excelentes embaixadores da Cultura do Concelho e na divulgação das nossas tradições. Por outro lado também concordo que a Pandemia COVID-19 é responsável pela interrupção da regularidade das suas atividades, impedindo por isso, a recolha de receitas assentes na quotização e nas contribuições dos associados, mas não interrompeu o pagamento com despesas da luz, água, seguros e outras despesas correntes mensais. Tenho para mim que, sem a continuidade do pagamento regular destes apoios atribuídos, muitas destas Associações não voltarão a abrir portas quando a pandemia o permitir.

É de salientar e saudar a atitude criativa como algumas delas deram continuidade ao seu funcionamento, na promoção da Cultura do Concelho.

Sabemos que o Plano e Orçamento 2020 contempla estas verbas destinadas a este setor e, na opinião da CDU, elas deviam ser mantidas, penso que é mais do que justo a proposta que aqui traz. Só não entendo uma coisa, se nada mudou, se a decisão é manter os apoios, porquê considerá-lo extraordinário e não tratá-los da forma como sempre foram tratados, que são transferências correntes previstas em Plano? Se reconhecemos que as despesas se mantêm, a única coisa que terminou para as Associações Culturais foram as receitas, porque as despesas estão lá, porquê tratar isto na forma de apoio extraordinário e não continuar a considerar como um apoio corrente habitual que o Executivo contempla em Plano e que atribui ao Movimento Associativo Cultural do Concelho?”-----

O Senhor Presidente da Câmara Mário Jorge Nunes, referiu que: “permita-me responder, Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos, é precisamente essa a questão, é um percurso que é feito há muitos anos, em vários Executivos anteriores, há uma prática aceitável como boa, como transparente, como justa, de apoio a esta atividade cultural com aquela tal grelha que todos os anos é submetida a aprovação dos diversos Executivos partindo de uma premissa que é o seu normal funcionamento. Vou dar-lhe o exemplo das Bandas de Música onde o apoio é por Banda de Música, das cinco, e depois ainda mais por Escola de Música, que tem um conjunto de premissas. Nós vamos manter o apoio ressaltando que não é necessário no relatório que é suposto ser igual a anos anteriores, o relatório não tem as atuações, não tem as deslocações, não tem a atividade em si. Quando o Relatório de Atividades, em anos anteriores, não refletir por partes das instituições o seu regular funcionamento, ou seja, os Grupos de Folclore participarem em festivais, terem atuações, terem ensaios, quem é o ensaiador, quem é o diretor técnico, há diferença entre os grupos federados e os não

#### ***04.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 22 de fevereiro de 2021 pelas 14,30 horas***

federados... O caso que se passa nas Bandas Filarmónicas, uns anos têm quatro Escolas de Música, noutros anos têm só duas. Portanto, o apoio tem uma premissa, como essa premissa reconhecida agora por nós, que tem que ser ultrapassada o seu reconhecimento, então trata-se de um apoio que temos que considerar atribuído de forma extraordinária, é este o objetivo expressão. Também neste apoio que vamos pagar relativamente à expectativa criada para o ano de 2020, foi criada uma expectativa de apoio, mas também para a sociedade que com os seus impostos suportam o Orçamento Municipal, foi criada a expectativa de que havia atividade, que não foi possível fazer.

Aquilo que nós vamos fazer é, reconhecendo que estas entidades têm que manter o grau de prontidão para manterem assim que possível, e é aquilo que nós desejamos, por isso é que estamos aqui a apoiar, reativar a sua atividade, terão direito a este apoio considerando o histórico, ou seja, quem estava a trabalhar de que forma em 2019 e de alguma forma justifique ainda, ainda que de forma simplificada, e estamos aqui a introduzir um regime simplificado de fundamentação da sua existência, correndo os riscos óbvios de haver coletividades que, porventura, se não fosse o COVID se calhar nem tinham tido atividade nenhuma, essas em situações normais não teriam agora uma avaliação de modo a lhe ser atribuído um apoio. Com esta situação estamos a passar “administrativamente” todos aqueles que em 2019 tiveram atividade e que previam também ter tido em 2020. Por isso considero, por segurança jurídica também, que devemos considerar este apoio ainda mais extraordinário.

Também temos que aqui recordar que o apoio que propusemos e que vai no âmbito do COVID para as Associações Culturais que não têm estes apoios, ou seja, quem até 2019 não tinha qualquer apoio ao funcionamento, mas que funcionavam, nomeadamente ligados ao Recreio e ao Convívio entre Sócios, essas terão um apoio no âmbito do COVID, está em Regulamento para ir à próxima Assembleia Municipal.

Fica aqui criado um equilíbrio também em que para quem tinha atividade até 2019 e que previa ter em 2020, vai por aqui minimizar os custos de não funcionamento, porque nós temos a consciência de que o apoio que o Município dá é para um apoio, não é para financiar as atividades, é para cofinanciar, é para apoiar. As Bandas de Música, pelos serviços prestados têm mais receita do que pelo apoio municipal, pelos seus Relatórios de Contas e do Relatório de Atividades. Nós temos consciência de que uma Banda de Música em condições normais tem um apoio do Município entre 5.000,00/10.000,00 euros por ano e uma Banda que venha buscar ao Município 10.000,00 euros por ano é porque fatura outros 10.000,00 euros em serviços que presta e é similar, aquelas que vêm buscar menos tem menos atividade e também em prestação de serviços não é tanto. Já os Ranchos Folclóricos o apoio do Município é fundamental, porque os serviços que prestam remunerados são insignificantes, uma festa ou outra, pouco mais, funcionam mais nos intercâmbios culturais, as chamadas permutas. Os Grupos de Teatro não cobram qualquer honorário para as suas atuações.

Este apoio é extraordinário que é para que fique em ata, na nossa deliberação, a consciência de que sabemos que o apoio é, de facto, extraordinário e não deve estar por isso liberto do

#### **04.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 22 de fevereiro de 2021 pelas 14,30 horas**

cumprimento intrínseco à premissa dos anos anteriores, que é o exercício efetivo e público com atuações, saídas, porque isso faz parte do Relatório que as Coletividades costumam juntar, as cartas de convite, os Festivais de Folclore onde participam, as grandes romarias onde as Filarmónicas participam, costumam juntar esse cartaz, o facto de que tiveram essa presença e muitas vezes até são notícia de jornal quando vão ao estrangeiro. Este ano não têm como comprovar, porque essa atividade não existiu, daí salvuardamos com esta nomenclatura extraordinária, tendo em conta a situação excecional que estamos a viver, é esse o objetivo.”-----

A Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos, referiu que: “entendi a razão, o seu carácter de excecionalidade tendo em conta a situação que nós vivemos, penso que a adequação entre a razão e a justificação do que estamos aqui a discutir. Mas, concretamente, as Associações vão receber as tranches de apoio na forma de apoio extraordinário ao seu funcionamento? Isso é aquilo que concretamente pretendo saber, este dinheiro será pago às Associações, não na forma do apoio corrente, mas sim como apoio de extraordinário ao Movimento Cultural e às Associações Culturais.”-----

O Senhor Presidente da Câmara Mário Jorge Nunes, referiu que: “fica aqui bem claro que, grosso modo, porque temos que analisar depois as questões em concreto, todas as Coletividades que no ano de 2019 mantinham uma atividade regular e tiveram determinado tipo de apoio para essa atividade regular e que o previam ter em 2020, serão contempladas como o foram em 2019. Imagine que há um novo Rancho Folclórico que ia começar 2020, pois essa situação não está aqui contemplada, mas também não temos conhecimento de nenhum Grupo de Folclore que se tivesse formado...”

Por outro lado, o Senhor Vereador Dr. Gil Soares também explicou, e bem, que os pagamentos, ao contrário do Futebol, sempre tiveram este *delay* de subsídição, ou seja, recebem no ano seguinte de acordo com a atividade e o relatório do ano anterior e, como tal, o ano passado por esta altura receberam os apoios de 2019, alguns atrasam-se e muitas vezes somos nós a incentivar que eles entreguem os relatórios muito simples onde têm que identificar quem é a direção, cópia da ata de nomeação da direção, também temos que ter depois algum mínimo de garantia da legitimidade, não é passar o cheque a uma coletividade e depois não é de ninguém. Agora nós temos que ser cada vez mais cautelosos, mais perfeitos.

Não estava a responder-lhe corretamente na outra questão porque, por exemplo, ainda estamos à espera, agora que estamos a fechar contas de 2020, pelo recebimento dos apoios de 2019, que algumas coletividades nem o recibo de quitação a reconhecer que receberam contabilisticamente a verba do apoio da Câmara dão nota, portanto, nem tudo funciona como as Filarmónicas ou como os grandes Clubes. Temos que olhar para a lista das Coletividades no seu todo e as suas vicissitudes que, muitas vezes, muda com a mudança das direções... Há



***04.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 22 de fevereiro de 2021 pelas 14,30 horas***

direções muito mais vocacionadas para uma certa organização administrativa e há outras cheias de pessoas de boa vontade, mas depois que essa parte escapa um bocado.

A garantia que fica é que todas as Coletividades tiveram atividade cultural, Bandas de Música, Escolas de Música, Ranchos Folclóricos, Grupos de Teatro, que funcionaram em 2019, tiveram aqui uma análise simplificada, de abrangência e de enquadramento na situação pandémica que vivemos durante este ano, terão um apoio equivalente. Com isto fica sanada, com este carácter de exceção, o cumprimento da contrapartida de terem, de facto, realizado atividades visíveis e facilmente justificáveis. Pode haver alguma coletividade que até já fechou portas, pode haver uma coletividade que nem sequer tem direção e nem sequer há ninguém que queira assumir a responsabilidade de vir à Câmara pedir o apoio de 2020, porque, de facto, em consciência deles não tiveram atividade, não terão apoio. Não é do nosso conhecimento que haja qualquer caso desses, mas podia haver.”-----

A Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos, referiu que: “saúdo a resposta, saúdo a rapidez com que ela foi dada, a uma questão levantada há duas semanas que vem hoje aqui para ser concretizada e a sensatez que está patente no documento.”-----

O Senhor Presidente da Câmara Mário Jorge Nunes, referiu que: “a rapidez não é na resposta, peço desculpa de insistir, mas já quando há três semanas atrás, ou há mais, quando decidimos que as outras Coletividades que não tinham atividade regular as enquadrámos de outra forma, não às enquadrámos para aqui. Por outro lado, nós vamos, no ponto seguinte, aprovar o Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo do Concelho de Soure, e submeter à Assembleia Municipal, para posterior execução, e com este Regulamento haver um maior rigor e transparência na abrangência dos apoios às Coletividades nas suas diversas vertentes, investimento, funcionamento regular, funcionamento não regular, etc...”-----

O Senhor Vice-Presidente Américo Nogueira, referiu que: “Senhor Presidente, concordo com tudo o que foi dito. Sei, como dirigente associativo há quarenta anos, que estes apoios são fundamentais para a sobrevivência destas Coletividades e sem eles era quase impossível muitas delas abrirem as portas. Sabemos que em várias Freguesias e Aldeias do nosso Concelho estas Coletividades são o único ponto de encontro de gerações de muita gente, onde as pessoas ao fim de semana se reúnem, convivem e servem até de alguma forma de ultrapassarem os problemas que sentem no dia a dia. Todos sabemos, quem foi dirigente destas Coletividades e os que não foram, que em muitas delas, há quatro/cinco/seis meses, que não têm qualquer tipo de receita, mas as despesas estão lá e são diárias, e portanto, a exemplo daquilo que o Município desde sempre tem feito, estes apoios às nossas coletividades a nível Cultural, Recreativo e Desportivo, são fundamentais para a sua sobrevivência. Não podia estar mais de acordo com esta proposta e, por isso, saudar o Senhor Presidente e o Senhor Vereador por a trazerem até aqui para nossa aprovação.”-----

**04.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 22 de fevereiro de 2021 pelas 14,30 horas**

**Deliberado, por unanimidade, aprovar:**

- **A atribuição, a título excepcional, de um apoio financeiro a todas as Associações Culturais, que tiveram atividade cultural comprovada em 2019, beneficiando do apoio ao funcionamento pago pelo Município em 2020 que evidenciem que essa atividade estava programada e se iniciou em 2020;**-----
- **Que o montante em concreto do apoio seja o validado no apoio financeiro do ano anterior, com base na Grelha de Apoio Constante da informação da Divisão de Cultura, Desporto, Tempos Livres e Promoção Turística;**-----
- **A Grelha de Apoios atrás aludida, conforme decorre da proposta do Senhor Vereador Dr. Gil Soares.**-----

**Ponto 10. CULTURA - AÇÕES NO ÂMBITO DA CULTURA**

**- Regulamento Apoio ao Associativismo do Concelho de Soure**

Foi presente a seguinte informação:

**Assunto: CULTURA**

**AÇÕES NO ÂMBITO DA CULTURA**

**Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo do Concelho de Soure**

A Câmara Municipal aprovou na sua Reunião Ordinária de 16 de Dezembro de 2020 um Projeto de Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo do Concelho de Soure, sendo o mesmo submetido a Consulta Pública, para recolha de sugestões através de publicação no Diário da Republica, 2.ª série, n.º 4/21, de 07 de Janeiro de 2021, e na página institucional do Município.

Durante o período de consulta pública não foram apresentados quaisquer sugestões de alteração à proposta de Regulamento.

Assim, a presente proposta de Regulamento reúne condições legais para ser submetida à Assembleia Municipal, para aprovação.

**Face ao exposto, sugerimos que Câmara Municipal aprecie:**

A proposta de Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo do Concelho de Soure a submeter à Assembleia Municipal, nos termos da alínea k) do n.º 1 do artigo 33 e alínea g) do n.º 1 do artigo 25º, ambos da lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

À consideração superior,  
Mário João Gomes  
(Chefe da Divisão R/S)  
19-02-2021



**04.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 22 de fevereiro de 2021 pelas 14,30 horas**

O Senhor Presidente da Câmara Mário Jorge Nunes, referiu que: “trata-se da concretização da nossa deliberação de 16.12.2020, passado que está a consulta pública, depois da publicação em Diário da República, agora trata-se de aprovarmos a proposta de Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo do Concelho de Soure a submeter à Assembleia Municipal.”-----

***Deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta de Regulamento de Apoio ao Associativismo do Concelho de Soure a submeter à Assembleia Municipal, nos termos da alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º e alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º, ambos da Lei 75/2013 de 12 de setembro, conforme decorre da informação técnica dos serviços.***-----

**Ponto 11. CULTURA - AÇÕES NO ÂMBITO DA CULTURA**

- . VALORIZAÇÃO ECONÓMICA E TERRITORIAL DOS CAMINHOS DE FÁTIMA – AÇÕES MUNICIPAIS
- . Melhoramento do Caminho de Ligação entre a Povoação dos Simões e o CM 1008
  - Adjudicação

Foi presente a seguinte informação:

**Assunto: CULTURA – AÇÕES NO ÂMBITO DA CULTURA**

**VALORIZAÇÃO ECONÓMICA E TERRITORIAL DOS CAMINHOS DE FÁTIMA – AÇÕES MUNICIPAIS  
MELHORAMENTO DO CAMINHO DE LIGAÇÃO ENTRE A POVOAÇÃO DOS SIMÕES E O CM 1008  
- ADJUDICAÇÃO**

Por deliberação de Câmara de 29.01.2021, foi decidido recorrer à figura de **consulta prévia**, nos termos da alínea c) do artigo 19º, Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo D.L. n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, como procedimento prévio à adjudicação da empreitada acima mencionada.

Foi apresentada a proposta seguinte:

EMPRESA	VALOR	PRAZO
SEGMENTOPROVÁVEL – SERVIÇOS E MANUTENÇÃO, LD.ª	66 539,92 €	30 DIAS

Tendo em conta que a empresa respondeu ao solicitado e que o valor da proposta é inferior ao preço base, (67.175,00 €), os serviços sugerem a adjudicação da presente empreitada à empresa **SEGMENTOPROVÁVEL – SERVIÇOS E MANUTENÇÃO, LD.ª**.

É obrigatória a celebração de contrato escrito uma vez que o mesmo não se encontra dispensado da redução a escrito – vide al. d) do n.º 1 do art.º 95.º do CCP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de Agosto -.

***04.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 22 de fevereiro de 2021 pelas 14,30 horas***

Tendo em conta que a decisão é favorável ao único interessado, sugere-se a dispensa da audiência prévia, nos termos da alínea b) do nº 2 do artigo 103º do CPA.

A eficácia da presente adjudicação, nomeadamente para efeitos de quaisquer pagamentos, depende da publicitação da mesma, pela entidade adjudicante, no portal único da internet dedicado aos contratos públicos ([www.base.gov.pt](http://www.base.gov.pt)) – ver art. 127.º do CCP -.

**Conclusão:**

Tendo em conta a presente informação e o relatório, sugerimos:

1. A designação, como **gestor de contrato**, do Sr. **Eng.º Mário Fernando Rodrigues Monteiro**, nos termos do disposto no artigo 290.º-A do CCP.
2. A **adjudicação** da presente empreitada à empresa **SEGMENTOPROVÁVEL – SERVIÇOS E MANUTENÇÃO, LD.ª**;
3. **Aprovação** da **minuta** do contrato, nos termos do disposto no n.º 1 do art.º 98.º do CCP;
4. **Autorização** para a realização da despesa no valor de **66.539,92 euros**, acrescido de IVA.

À Consideração superior,  
O Chefe de Divisão de Infraestruturas e Obras Públicas e Municipais  
(Mário Monteiro, Eng.º)  
16.02.2021

***Deliberado, por unanimidade, aprovar: a designação, como gestor de contrato, do Eng.º Mário Fernando Rodrigues Monteiro; a adjudicação da presente empreitada à empresa Segmentoprovável - Serviços e Manutenção, Lda; a minuta do contrato; a autorização para a realização da despesa no valor de 66.539,92 euros, acrescido de IVA, conforme decorre da informação técnica dos serviços.***-----

**Ponto 12. AÇÃO SOCIAL//HABITAÇÃO SOCIAL  
. APOIO AO ARRENDAMENTO  
- N.º Processo: 15/2021 – RAH**

Foi presente a seguinte informação:

**Assunto: AÇÃO SOCIAL// HABITAÇÃO SOCIAL  
. APOIO AO ARRENDAMENTO  
- N.º PROCESSO: 15/2021 - RAH**

***04.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 22 de fevereiro de 2021 pelas 14,30 horas***

O Município de Soure tem vindo a atribuir, com caráter temporário e a título excecional, alguns apoios ao arrendamento, face a circunstâncias de emergência social que são diagnosticadas e acompanhadas pelos Serviços de Ação Social e Saúde.

O Regulamento Municipal de Apoio à Habitação, publicado a 27 de outubro de 2020, prevê a atribuição de um apoio ao arrendamento, a agregados familiares carenciados, quando não seja possível garantir resposta de alojamento em habitação que integra o património municipal em regime de arrendamento apoiado, por parte do município. Este apoio é efetuado mediante a atribuição de um apoio monetário, atribuído pela Câmara Municipal, designado de Renda Apoiada.

O Agregado Familiar identificado na Ficha em anexo, ao qual foi atribuído o processo N.º 15/2021 - RAH, apresentou uma Candidatura nos Serviços de Ação Social para atribuição de um novo Apoio ao Arrendamento, em regime de Renda Apoiada.

Após análise da Candidatura, pelos Serviços de Ação Social, verifica-se que o mesmo reúne as condições de atribuição, conforme o previsto no n.º 1 do artigo 52.º e das alíneas a), b), c), d), e) e f) do n.º 2 do mesmo artigo do Regulamento Municipal de Apoio à Habitação.

Este apoio, calculado nos termos do artigo 55.º, será concedido por períodos máximos de 12 meses, podendo ser ajustado sempre que se verificarem alterações na situação económica do Agregado Familiar e outras condições que se apresentem, este apoio pode ser renovado desde que reúna as condições de atribuição, devendo ser apresentada uma nova Candidatura.

A apreciação e aprovação sobre o apoio ao Arrendamento a conceder é da competência da Câmara Municipal, mediante proposta do Presidente da Câmara ou Vereador com competências delegadas para o efeito, com base na informação técnica dos Serviços de Ação Social (artigo 58.º).

Face ao atrás exposto, sugere-se que o Executivo Municipal aprove:

A atribuição de um **Apoio Monetário ao Arrendamento**, em regime de Renda Apoiada, no valor de **€125,00** (50% do valor da Renda Mensal), pelo **prazo de 12 meses com efeitos a partir de 01 de março de 2021**, ao Agregado Familiar, com o n.º de processo 15/2021 - RAH.

À consideração superior,  
Dirigente Intermédio de 4º Grau  
Cristina Isabel da Costa Marta Lapo  
17/02/2021

--+

***Deliberado, por unanimidade, aprovar a atribuição de um Apoio Monetário ao Arrendamento, em regime de renda apoiada, no valor de 125,00 €, correspondente a 50% do valor da renda mensal, pelo prazo de 12 meses com efeitos a partir de 01 de março de 2021, ao Agregado Familiar, com o n.º de processo 15/2021 - RAH, conforme decorre da informação técnica dos serviços.---***

*04.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 22 de fevereiro de 2021 pelas 14,30 horas*

**Ponto 13. SAÚDE**

**. COVID-19**

**- Campanha de Vacinação Contra a COVID-19**

Foi presente a seguinte informação:

**Assunto:** Saúde

Covid-19

Campanha de Vacinação contra a Covid-19

O Plano de Vacinação em vigor contra a Covid-19 assenta em valores de universalidade, gratuidade, aceitabilidade e exequibilidade, tendo como objetivos de saúde pública:

- a) Reduzir a mortalidade e os internamentos por Covid-19;
- b) Reduzir os surtos, sobretudo nas populações mais vulneráveis e a incidência global da epidemia em Portugal;
- c) Minimizar o impacto da Covid-19 no sistema de saúde e na sociedade.

A definição das populações-alvo prioritárias e das boas práticas de administração compete à Direção-Geral da Saúde, apoiada pela Comissão Técnica de Vacinação contra a Covid-19.

Encontra-se a decorrer a **Fase 1 de vacinação no nosso Concelho**, tendo sido solicitado apoio, por parte das Autoridades de Saúde, ao Município de Soure para a sua boa implementação.

Neste sentido, e na continuidade das medidas de apoio à saúde no contexto pandémico atual, a saber:

- Afetação de 2 técnicos do quadro de pessoal da Autarquia para o apoio à realização dos inquéritos epidemiológicos;
- Cedências de duas viaturas com respetivos motoristas para transporte na deslocação das equipas de enfermagem às ERPIS do setor social e privado, no âmbito da primeira fase de vacinação;
- Cedência de equipamento informático e de comunicação ao Centro de Saúde de Soure;
- Manutenção da realização de transportes para os serviços de enfermagem ao domicílio;
- Entrega de equipamento de proteção individual às unidades de saúde, bombeiros, IPSS, entre outros.

É de toda a pertinência a implementação de novas medidas por parte da Autarquia, no âmbito das suas atribuições no domínio da saúde e da salvaguarda dos interesses das nossas populações, bem como na proteção de cuidados de proximidade.

Os utentes serão contactados pelo Serviço Nacional de Saúde para agendamento da toma da vacina contra a Covid-19.

## ***04.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 22 de fevereiro de 2021 pelas 14,30 horas***

Consequentemente, os serviços locais de saúde farão chegar ao Setor de Ação Social e Saúde, as necessidades e o tipo de transportes necessários, que avaliará consecutivamente qual o tipo de transporte que melhor se adapta à necessidade e assegurará o transporte.

Estas medidas foram tomadas de acordo com a Lei n.º 6/2020, que visa promover a capacidade de resposta das autarquias locais no âmbito da pandemia da doença Covid-19, bem como se enquadram no apoio a pessoas em situação de vulnerabilidade, nos termos da alínea v) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Assim, tendo em vista a operacionalização da campanha de vacinação no concelho, serão implementadas duas ações de apoio às Autoridades de Saúde:

### **1. Instalação de Centro de Vacinação**

Foi disponibilizado o Multiusos de Soure para Centro de Vacinação no concelho. Este equipamento foi complementado com uma tenda adquirida para o efeito e que servirá para a área de triagem, receção e apoio administrativo.

Aquisição de Tenda	6.000,00€
--------------------	-----------

Este Centro de Vacinação estará equipado com todo o material e logística necessários à boa execução da campanha.

Foram afetos a esta operação um dirigente para coordenação de toda a logística, e três assistentes operacionais para apoio logístico e higienização, dois assistentes técnicos para apoio administrativo à triagem de utentes e um técnico superior para coordenação do acolhimento.

### **2. Apoio à deslocação dos utentes ao Centro de Vacinação**

Tratando-se de utentes que terão mais de 80 anos de idade ou com mais de 50 anos, mas com determinadas patologias, tipificadas na norma 2/2021 da Direção-Geral de Saúde, e tendo em conta a dispersão territorial do concelho bem como a vulnerabilidade das pessoas a vacinar, o Município de Soure, assegurará, caso seja necessário, o transporte destes utentes da residência ao local de vacinação.

Para a operacionalização desta medida, o Setor de Ação Social e Saúde irá recorrer aos seguintes meios:

a) Serviços Próprios:

Com a afetação de 4 Assistentes Operacionais (motorista), duas viaturas ligeiras e uma viatura média;

b) Serviços da AHBVS e IPSS:

Para o transporte de utentes acamados ou utentes que necessitam de transporte em cadeira de rodas;

c) Serviços de IPSS, Transportes Públicos (Autocarro ou Táxis):

Para utentes que não necessitam de serviço de transporte especial.

***04.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 22 de fevereiro de 2021 pelas 14,30 horas***

O Município assumirá o custo com estes transportes, após validação do setor da Ação Social e Saúde, e de acordo com a tabela aplicada a cada tipo de transporte.

O objetivo é que nenhuma pessoa pertencente aos grupos prioritários fique fora desta fase de vacinação por isolamento ou falta de apoio de retaguarda.

**Assim**, propomos que a Câmara Municipal:

Ratifique todas as medidas atrás elencadas, e a correspondente despesa, que já se encontram a ser implementadas.

Nos termos do n.º 3 do artigo 1.º da Lei n.º 6/2020, de 10 de abril, estes atos devem ser comunicados ao Presidente do Órgão Deliberativo.

Soure, 15 de fevereiro de 2021

O Vereador,  
(Gil Soares, Dr.)

O Senhor Presidente da Câmara Mário Jorge Nunes, referiu que: “dar-vos nota de informação sobre a Campanha de Vacinação contra a COVID-19. A informação que dispomos e sobre algumas ações em que participamos, fique sempre bem claro que o Município enquanto tal, nem nenhum dos seus técnicos participa na seleção, escolha ou na indicação de quem é vacinado, é uma competência que não é dos Municípios, embora também aqui há dias na Comunicação Social, até aqui de um Município da nossa região, ficava a ideia que o Município é que tratava de tudo, não, o Município não participa sobre a identificação, seleção, hierarquização de lista das pessoas que são vacinadas. A nossa participação é os meios logísticos, disponibilização de recursos humanos, materiais, equipamentos e transporte para todos aqueles que o solicitem, nesta fase onde ainda se prevê, nos próximos tempos, será dedicada a pessoas com alguma vulnerabilidade, idosos, outro tipo de doenças, todas estas pessoas que o solicitem nós forneceremos o transporte por meios próprios em articulação com os Bombeiros se houver dificuldades de mobilidade e até passando a haver necessidade de transportes escolares e a Escola voltar a funcionar, tão breve tanto quanto possível, com recurso a presença, o Município terá mais dificuldade em fazer esse transporte por meios próprios, mas passaremos, se necessário for, ao uso dos táxis disponíveis no Concelho de Soure para transportar as pessoas que o solicitem.

Chamava à atenção para a Carta que o Senhor Vice-Almirante Henrique Gouveia e Melo nos enviou e que eu interpelo, os Senhores Vereadores se a leram podem ter uma interpretação diferente, como um resfriar de algum entusiasmo “calma porque não há vacinas”, é o que eu leio daqui e, como tal, nós montámos a estrutura, está montada no Pavilhão Multiusos, tinha sido testado o procedimento aquando da vacinação da Gripe Sazonal que correu muito bem. Na quinta-feira passada foram vacinados 150 cidadãos do Concelho de Soure no dia destinado ao mesmo, onde mobilizámos diversos meios materiais

**04.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 22 de fevereiro de 2021 pelas 14,30 horas**

e humanos para dar apoio, correu muito bem, é esse o *feedback* que temos dos responsáveis locais pelo programa. A informação que tenho é que pelo menos 300 pessoas serão convocadas para quinta-feira e que entendem os responsáveis pela vacinação do Concelho de Soure que, em princípio, o dia todo de quinta-feira conseguem passar os 150 de quinta-feira passada e terão essa capacidade com a ajuda do Município da parte logística dos transportes para fazer essa vacinação.”-----

O Senhor Vereador Dr. Gil Soares, referiu que: “corroborar as palavras do Senhor Presidente, de facto correu muito bem esta parceria que temos com as Autoridades de Saúde Locais. Para além desta Campanha de Vacinação, mantemos na mesma o apoio que nos é possível e que achamos que é fundamental, na questão do apoio administrativo à Senhora Médica de Saúde Pública na questão dos inquéritos epidemiológicos que, como todos percebemos, é um aspeto importantíssimo e dada a falta de meios, de facto, acho que é importante este apoio da Autarquia e vamos mantê-lo até a situação se encontrar mais regular, para além de continuarmos com o apoio dos transportes aos enfermeiros nas visitas domiciliárias e no reforço de equipamentos de proteção.

Como o Senhor Presidente já disse, no Pavilhão Multiusos montámos-lá este Centro de Vacinação, colocámos lá a tenda e, de facto, correu bem, nós demos o apoio administrativo na questão da receção das pessoas que chegavam à tenda, fazia-se a receção na tenda, os serviços de transporte asseguraram prontamente qualquer solicitação para além do que estava programado, houve ali algumas situações em que houve a necessidade de substituir pessoas a ser vacinadas e prontamente se deu essa resposta. Tomaram a vacinação dentro da hora prevista, portanto, pode-se aumentar para 300 pessoas a questão da vacinação, assim hajam vacinas, portanto, é continuarmos este apoio.

Envolvemos também, em caso de necessidade, os operadores privados do Concelho de Soure, sejam os taxistas, sejam as IPSS que têm também a questão do transporte, os Bombeiros Voluntários de Soure que já tivemos que recorrer na passada quinta-feira, portanto, é continuarmos a apoiar para que, de facto, esta campanha corra bem.

Voltando às IPSS, e por muito que nós planeamos as coisas, às vezes as coisas falham, na quinta-feira passada havia pessoas para ser vacinadas que necessitavam de cadeira de rodas e, nesse momento, a nossa Rede Social voltou a funcionar, as IPSS locais logo cederam cadeiras de rodas, portanto, na quinta-feira já não acontecerá esse problema.

Portanto, trazemos aqui para ratificar estas medidas que tomámos para os dias que forem necessários.”-----

O Senhor Presidente da Câmara Mário Jorge Nunes, referiu que: “pedi já orçamentos de cadeiras de rodas das mais simples, de modo a que ficaremos com elas no fim desta situação estar ultrapassada, ficam propriedade do Município para acudir a situações de relevância social, embora exista no Concelho de Soure chamadas um parque de ajudas técnicas que é



***04.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 22 de fevereiro de 2021 pelas 14,30 horas***

da Segurança Social e que é articulada com ERPIS, as IPSS. Dei instruções aos serviços, para procurarem preços de aquisição de cadeiras de rodas para comprarmos duas/quatro, enquadradas nas despesas de saúde ligadas ao COVID, que é um equipamento sempre necessário.

Reforçar que se percebe perfeitamente, considerando esta questão da vacina que tem vindo a ser administrada com as condições de conservação e de abertura e gasto no próprio local, que transportar os utentes para o local de vacinação que é a forma mais segura e mais objetiva de fazer o trabalho, aquilo que sei é que durante a parte da tarde de quinta-feira foi necessário recorrer a muitos suplentes e, como tal, é quase no imediato que se determina e que eles telefonam que se a pessoa está disponível para daí a uma/duas horas se deslocarem ao local de vacinação ou de alguém os ir buscar a casa, e isso nós vamos continuar a apostar no model.

Como também já souberam a quantidade para esta semana, com mais antecedência, que era de 300, nós tendo essa informação mais cedo, haverá um técnico do Município que libertará dessa responsabilidade a equipa da saúde e dar-lhe-á um apoio que é fazer antecipadamente o telefonema para a pessoa que se tem que contactar e tentar perceber as suas efetivas condições, não é só do transportar, muitas vezes também é preparar a pessoa, que vai desde o vestir e à deslocação até à porta. Também verificámos que algumas pessoas não têm esse apoio de família e há pessoas que embora tendo família, nem esse apoio tiveram, mas isso estamos a tentar melhorar.

Tomamos conhecimento das diligências e ratificamos todas as ações que desenvolvemos, ou seja, no caso do transporte, o caso das cadeiras de rodas que vamos agora comprar e no caso dos bens e equipamentos que colocámos ao Serviço da Saúde.”-----

O Senhor Vereador Eng.º Agostinho Gonçalves, referiu que: “sobre este assunto também gostaria de tecer algumas considerações. Em primeiro lugar dizer que a Câmara está a atuar bem, pelo menos as instalações do Centro de Vacinação no Pavilhão Multiusos em Soure, acho correto. Assegurar o transporte às pessoas com necessidades, também acho bem. Integrar as IPSS, os Bombeiros Voluntários, também concordo com isso. Estas três principais ações acho que estão a ser bem feitas.

Em relação ao Comunicado do Vice-Almirante, Henrique Gouveia e Melo, eu também vou ser sincero, acho-o bastante ambíguo, porque por um lado dá elogios e por outro refreia as pessoas. Felizmente nós temos um pavilhão que pode ser utilizado e está a ser utilizado, agora se não tivéssemos pavilhão, penso que o Centro de Saúde não tinha essa capacidade... Penso que este coordenador da Task Force é, manifestamente, mais polido, mais que o anterior, e é um inteligente e de bom-senso, mas até penso que esse comunicado digamos que vem um bocadinho mais acima dele, porque isto já tem também uma componente política. O Governo pensou bem, todas as Autarquias vão montar pavilhões e nós temos pavilhões mas não temos vacinas e o problema cai em cima do Governo,

***04.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 22 de fevereiro de 2021 pelas 14,30 horas***

portanto, essa foi a intenção deste comunicado, mas depois compõe o ramalhete. Esquecem que as Câmaras e os Presidentes de Câmara e os Executivos nesta altura não podem correr esse risco, também não podem chegar à conclusão que há situações onde há vacinas e o Município não tem condições, este é um ano eleitoral e as pessoas não são ingénuas. Portanto aqui, com este comunicado, o Governo “sacode a água do capote” e os Municípios vão fazer aquilo que vinham fazendo porque não podem correr riscos de serem acusados de que não têm condições para vacinar. Este comunicado não é um comunicado de um militar e mais de um político, que penso que vem acima dele.

De qualquer maneira quero dizer que neste aspeto Soure está a fazer bem, montou o Centro de Vacinação no Pavilhão Multiusos, está a apoiar os transportes, há pessoas que necessitam, integrar as ERPIS, está a cumprir o seu trabalho, portanto, tem o meu apoio. Este comunicado é político, é para esquecer.”-----

O Senhor Presidente da Câmara Mário Jorge Nunes, referiu que: “convidava os Senhores Vereadores, querendo, na próxima quinta-feira, a visitar as operações, que é a melhor forma para ficarem conscientes como é que está a funcionar, bem ou mal, e depois terem uma opinião mais firme sobre este processo de vacinação.”-----

***Deliberado, por unanimidade, ratificar as medidas de apoio e a correspondente despesa, no âmbito da Campanha de Vacinação Contra a COVID-19, conforme decorre da proposta do Senhor Vereador Dr. Gil Soares.-----***

***Devem ser comunicados ao Presidente do Órgão Deliberativo, nos termos do n.º 3 do artigo 1.º da Lei n.º 6/2020, de 10 de abril, estes atos.-----***

**Ponto 14. SAÚDE // AÇÕES NO ÂMBITO DA SAÚDE**

- . Unidades Móveis de Saúde na Região de Coimbra
- Entrega de Viatura Elétrica – Para Conhecimento

Foi presente a seguinte informação:

**ASSUNTO: SAÚDE // AÇÕES NO ÂMBITO DA SAÚDE**

- UNIDADES MÓVEIS DE SAÚDE NA REGIÃO DE COIMBRA
- . ENTREGA DE VIATURA ELÉTRICA

Relativamente ao assunto em epígrafe informamos:

A Câmara Municipal de Soure tem vindo a promover políticas de ação social e desenvolvimento social visando melhorar as condições de vida dos seus municípios.

#### ***04.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 22 de fevereiro de 2021 pelas 14,30 horas***

No âmbito do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial (PDCT) da Região de Coimbra, encontra-se prevista uma Prioridade de Investimento PI 9.7 – Investimentos na Saúde e Infraestruturas Sociais, com a designação do projeto “Unidades Móveis de Saúde”.

Esta iniciativa consta da vigência do Acordo de Parceria Portugal 2020, em que o Programa Operacional Regional Centro 2020 – PO CENTRO 2020 através do Aviso nº Centro-42-2019-01 previu a apresentação de candidaturas enquadradas na Prioridade de investimento 9.7 “Investimentos em Infraestruturas de Saúde” pelas Comunidades Intermunicipais, mediante protocolo com o Ministério da Saúde, de projetos identificados no Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial, com uma taxa de cofinanciamento de até 85% do total do investimento elegível.

Na reunião de Câmara no dia 11 de maio de 2020, foi deliberado por unanimidade a assinatura de um Protocolo de Colaboração entre o Município de Soure, a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra e a Administração Regional de Saúde do Centro, I.P. para implementação do Projeto “Unidades Móveis de Saúde na Região de Coimbra.

A utilização desta Unidade Móvel de Saúde será da responsabilidade da Autarquia em articulação com a ARS Centro, disponibilizando pessoal técnico a integrar a equipa de intervenção, bem como os recursos necessários à implementação do projeto e à prestação dos respetivos serviços.

O procedimento de contratação pública para a aquisição da viatura é da responsabilidade da CIM – RC, bem como a coordenação técnica, administrativa e financeira do projeto, com o qual a Autarquia e a ARS Centro colaborarão.

No dia 14 de dezembro de 2020, a CIM – RC, através de e-mail, informou que na reunião ordinária do CI da CIM Região de Coimbra, realizada nesse mesmo dia, que:

Considerando o prazo contratual do procedimento e as condições de entrega das viaturas elétricas, as entregas serão feitas de forma faseada (três fases) assim, o CI deliberou que numa primeira fase as primeiras viaturas seriam entregues aos Municípios de Mealhada, Cantanhede, Penela, Tábua e Miranda do Corvo a decorrer no dia 19/01/2021. A segunda fase de entrega de mais 5 viaturas no final de 90 dias, que corresponde à data de 19/02/2021, aos Municípios de Mortágua, Mira, Vila Nova de Poiares, Arganil e Penacova. A terceira fase de entrega ao final de 120 dias, que corresponde à data de 19/03/2021, aos Municípios de Figueira da Foz (2 viaturas), Góis, Lousã, Oliveira do Hospital, Pampilhosa da Serra e Soure.

Constituem atribuições do Município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, designadamente nos domínios da Saúde, Ação Social e Promoção do Desenvolvimento, nos termos do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, assim, considerando o estado de Emergência de Saúde Pública resultante do surto epidemiológico COVID – 19, tornou-se urgente reforçar e alargar a prestação de cuidados de saúde na nossa população, nomeadamente ao nível da intervenção precoce na comunidade.

#### **Face ao atrás exposto, informamos:**

O Município de Soure irá receber, até ao dia 19 de março de 2021, uma viatura elétrica para a implementação do projeto “Unidades Móveis de Saúde na Região de Coimbra”.

À consideração superior,  
Dirigente Intermédio de 4.º Grau  
Cristina Isabel da Costa Marta Lapo  
17/02/2021

***04.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 22 de fevereiro de 2021 pelas 14,30 horas***

***Foi tomado conhecimento que o Município de Soure irá receber, até ao dia 19 de março de 2021, uma viatura elétrica para a Implementação do Projeto “Unidades Móveis de Saúde na Região de Coimbra”, conforme decorre da informação técnica dos serviços.***-----

**Ponto 15. SAÚDE**

- . Observatório Saúde Mental de Soure**
- Protocolo com a Escola Superior de Enfermagem de Coimbra**

Foi presente a seguinte Proposta:

**PROPOSTA**

**Assunto:** Saúde

Observatório de Saúde Mental de Soure  
Protocolo com a Escola Superior de Enfermagem de Coimbra

**ENQUADRAMENTO GERAL:**

O Observatório de Saúde Mental de Soure tem como objetivo primordial o aprofundamento e divulgação do conhecimento sobre a área da Saúde Mental às respostas locais de apoio disponíveis para as diferentes necessidades e especificidades das crianças, jovens e seus cuidadores.

E tem como finalidades específicas:

- a) Melhorar os níveis de eficácia das respostas de Saúde Mental, alcançadas pelos diferentes serviços da comunidade, para crianças, jovens e seus cuidadores;
- b) Otimizar o desempenho e melhorar o emprego dos recursos existentes (humanos, materiais) visando resultados cada vez mais positivos para os utentes.

Nesta fase, o Observatório está a retomar o processo tendente à constituição da Rede Psicossocial, envolvendo profissionais de entidades da primeira linha.

Em face a esta ambiência, tem vindo a ser trabalhado com a Escola Superior de Enfermagem de Coimbra a realização de uma investigação, durante os anos 2021 e 2022, visando a promoção de saúde mental, através da realização de inquéritos à comunidade escolar, tratamento de dados, formação e apresentação de resultados, **tendo como população alvo, crianças e adolescentes do Concelho de Soure, profissionais de Saúde, da Educação, da Segurança e Autárquicos e membros da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Soure.**

Esta temática é cada vez mais pertinente, dado o previsível impacto psicológico da pandemia Covid-19 na população, com particular ênfase nas crianças e jovens, em que é fundamental perceber toda esta situação para melhor definir as **políticas públicas que vão ao encontro da promoção do bem-estar da comunidade**, designadamente ao nível da definição de estratégias adequadas a implementar na comunidade escolar e na melhor definição das políticas de saúde onde as autarquias irão ter um papel cada vez mais proativo.

## ***04.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 22 de fevereiro de 2021 pelas 14,30 horas***

Conforme refere o coordenador do Plano Nacional de Saúde Mental “(...) *as perturbações de ansiedade e a depressão aumentaram com a pandemia*”.

Esta temática também faz parte do Plano de Atividades da Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis (RPMS), da qual o Município de Soure faz parte.

No atrás aludido documento estratégico está definido o **Eixo Estratégico de Fortalecimento de Parceiros**, com a Associação de Psicologia e Desenvolvimento Comunitário (APDC), que tem o apoio do Programa Nacional para a saúde mental (onde esta investigação da Escola Superior de Enfermagem se pode perfeitamente incluir) que tem como **objetivo quebrar o estigma associado à doença mental e a prevenção e promoção da saúde mental**, através de iniciativas que fomentam a literacia nesta área.

Todas estas preocupações, definição de objetivos e estabelecimento de parcerias se enquadram na **Estratégia Nacional para os Direitos da Criança, para o período 2021-2024** (ENDC 2021-2024), aprovada pela Resolução do Concelho de Ministros n.º 112/2020 (*publicação em Diário da República, 1.ª Série, de 18 de dezembro de 2020*).

A ENDC 2021-2024 assenta em cinco áreas estratégicas, configuradas em cinco prioridades que se desenvolvem em objetivos.

**A Prioridade I visa promover o bem-estar e a igualdade de oportunidades**, assumindo o compromisso e a necessidade de intensificação dos esforços para garantir níveis de vida adequados ao desenvolvimento da criança e jovem, promover um ambiente seguro e saudável, **bem como implementar respostas efetivas ao nível da Saúde, designadamente da Saúde Mental**, e da inclusão e autonomização das crianças e jovens, com o objetivo de promover a igualdade de oportunidades.

Esta prioridade é materializada por um conjunto de objetivos operacionais onde se inclui o objetivo de **“Qualificar as respostas e a problemática no âmbito da Saúde Mental”**.

### **PARCERIA COM A ESCOLA SUPERIOR DE ENFERMAGEM**

Face ao enquadramento atrás exposto, é nosso entendimento que se justifica a necessidade da realização deste projeto, através do recurso à parceria com a Escola Superior de Enfermagem de Coimbra, que também terá o envolvimento de profissionais do Centro de Saúde de Soure e do Agrupamento de Escolas.

A proposta apresentada pela ESenfC, após várias reuniões, consubstancia-se na celebração de um contrato de prestação de serviços, a vigorar pelo período de 10 meses, pelo valor total de €33.292,06, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

O serviço a prestar será o de **assessorar o Observatório de Saúde Mental e no desenvolvimento de um projeto de investigação visando a caracterização da saúde mental das crianças e jovens do Concelho e na dinamização de ações de formação** junto dos agentes da Saúde, Educacionais, Autárquicos e outros.

A ESenfC **criará uma equipa de investigação, que coordenará, constituída por docentes do seu quadro de pessoal** (1 investigador responsável da área de saúde mental; 1 co-investigador da área de saúde mental; 1 co-investigador da área das ciências sociais; 1 co-investigador da área comunitária; 1 co-investigador da área de saúde infantil) e profissionais do Centro de Saúde de Soure.

#### ***04.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 22 de fevereiro de 2021 pelas 14,30 horas***

A aprovação da formalização da parceria, na figura jurídica que se encontra em avaliação pelos serviços jurídicos, será submetida a uma próxima reunião de Executivo Municipal para apreciação, caso haja intenção favorável a realização da mesma.

#### **PROPOSTA**

Em conclusão, propomos que a Câmara Municipal aprecie esta proposta de intenção do Município de Soure estabelecer uma parceria com a Escola Superior de Enfermagem de Coimbra (ESeNF), visando a assessoria ao Observatório de Saúde Mental e ao desenvolvimento de um projeto de investigação subordinado à caracterização da Saúde Mental das crianças e jovens do Concelho e na dinamização de ações de formação junto dos agentes da Saúde, Educacionais, Autárquicos e outros.

Soure, 18 de fevereiro de 2021

O Vereador,  
(Gil Soares, Dr.)

O Senhor Vereador Dr. Gil Soares, referiu que: “relativamente a esta temática já não é estranha e infelizmente está na ordem do dia. Também aqui no Concelho de Soure esta temática já foi abordada muito antes até da pandemia, no âmbito dos colóquios que se fizeram sobre Pensar a Saúde Mental e sobre a Criação do Observatório da Saúde Mental, também agora no Plano Nacional de Saúde Mental há uma enorme preocupação com a falta de Equipas de Intervenção Comunitária no terreno em face aos efeitos da pandemia. Também no âmbito da Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis, que o Município é associado, aprovámos o Plano de Atividades onde a questão da Saúde Mental é uma prioridade, é um eixo estratégico da atividade da rede. Agora, recentemente, foi aprovado a Estratégia Nacional para os Direitos das Crianças para o período 2021/2024, onde é também uma prioridade o trabalho em Saúde Mental.

Este enquadramento, de facto, torna o tema bastante pertinente e trouxemos previamente à reunião de Câmara antes da formalização do Protocolo, porque não é da competência ou das atribuições dos Municípios necessariamente a parceria para a realização deste estudo, acho que eram investigações e apostas que deviam ser feitas a nível nacional, mas como percebemos que não está a ser feito, o Município deve dar aqui um contributo para percebermos a realidade da Saúde Mental em contexto educativo, porque é para isso que direccionamos mais este estudo. Aproveitar as sinergias e a abertura da Escola Superior de Enfermagem e de outras entidades do Concelho, o Agrupamento de Escolas de Soure desde logo abriu as portas, a Saúde, portanto, este trabalho em rede acho que é importantíssimo, é uma forma também de dinamizarmos e recuperarmos rapidamente aquilo que de bom foi feito em termos de Constituição do Observatório de Saúde Mental. Se há aqui os parceiros que querem trabalhar em rede, quando nós muitas vezes acusamos algumas entidades de se fecharem nas suas capelinhas e aqui temos uma abertura total para fazermos este trabalho em parceria, apesar de em termos monetários o investimento ser, de facto, robusto.



#### ***04.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 22 de fevereiro de 2021 pelas 14,30 horas***

Achamos que é importante realizarmos este trabalho para, com certeza, depois tirarmos proveito no futuro, na melhor definição da estratégia ao nível da promoção e da prevenção da Saúde Mental e da melhor definição das políticas públicas municipais nesta área.”-----

A Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos, referiu que: “saúdo este ponto que vem à reunião de Câmara, saúdo esta proposta de Protocolo entre o Município e a Escola Superior de Enfermagem, ela era esperada, está programada há muito tempo e é concretizada agora. Gostaria de lembrar que a criação deste Observatório de Saúde Mental representa o primeiro Observatório de Saúde Mental no país, e foi criado, pensado, projetado, no Concelho de Soure. Não existe outra proposta no âmbito da Saúde Mental, fomos completamente inovadores nisto. Lembrar que resulta de um projeto da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Soure no âmbito do desenvolvimento do seu projeto “Tecer a Prevenção” que detetou, através de estudos realizados e de algum diagnóstico social realizado nas Escolas, que esta era uma matéria que deveria ser tratada de forma diferente. Definiu como proposta a criação de um Observatório de Saúde Mental e a criação de uma Rede de Atenção Psicossocial, no documento só está Rede Psicossocial. O Município faz parte da Modalidade Alargada como a Saúde, as Escolas, a Rede Social, as Forças de Segurança, alguns Deputados Municipais e outros na qualidade de membros cooptados. Contámos desde sempre com o apoio da Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens a qual levou este projeto à Organização das Nações Unidas. Este projeto que refere Soure está contemplado no Relatório das Nações Unidas, há dois anos, a criação de um Observatório de Saúde Mental em Soure. Passou a estar contemplado na Carta dos Direitos da Criança que é um organismo da Organização das Nações Unidas da ONU. Portanto, devemos orgulhar-nos muito pelo estudo e pela proposta pioneira que foi feita em Soure. O Município sempre esteve de braços abertos a esta iniciativa, fez um forte investimento até agora na realização das diversas iniciativas nas quais participaram diversas personalidades responsáveis da Saúde Mental, de nome Nacional e Internacional a Soure para refletirmos durante dias esta problemática. A Pandemia só veio reforçar a necessidade desta estrutura e nós temos vantagem sobre os outros territórios, temos trabalho feito, portanto, é muito bom avançarmos e concretizarmos.

Queria saudar a Escola Superior de Enfermagem, porque desde a primeira hora, quer a sua Presidente, a Dra. Aida Pinheiro, quer o Professor Doutor José Carlos Santos, abraçaram este projeto e estão aqui com o Município para o concretizar. Penso que este Protocolo, deveria ter um parágrafo enquadrador que atribuí-se a responsabilidade do projeto a quem de direito que é a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Soure. Quem ler este documento e quem não estiver por dentro do assunto não o irá associar à Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Soure.

Portanto, julgo que é necessário incluir neste Protocolo, o nome do autor do projeto, a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Soure.”-----



***04.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 22 de fevereiro de 2021 pelas 14,30 horas***

O Senhor Presidente da Câmara Mário Jorge Nunes, referiu que: “sim, tudo o que disse é óbvio que é verdade e comungo ressaltando algum mais ou menos ênfase. Nós estamos conscientes disso, portanto, para mim a leitura é clara, obviamente que nós tendo em conta o investimento que se faz e continua a fazer, aliás, o público-alvo são os jovens e as crianças. Também percebo o ênfase que coloca na questão, não vi aqui na parte do documento qualquer tentativa de dirimir a questão. Obviamente que este Observatório num âmbito mais restrito de uma Comissão, mais alargado ou restrita, analisa caso a caso, e dar aqui uma margem de Protocolo ao Município que é quem tem as competências e é quem suporta esta ação, mas sem nunca a deixar de integrar nas questões da área da Saúde e do âmbito Social, nesta forte ligação que a Saúde e a interação Social têm, sendo o público as crianças e os jovens. Obviamente que a presença técnica dos membros da Comissão da Proteção de Jovens e Crianças, seja eles da Comissão Restrita que estão lá a representar uma vertente, está a Educação, Saúde, Forças de Segurança, o representante do Município, o representante da Educação, aliás, alguns têm que estar porque a lei diz que têm que ser representantes dessas entidades, quer os que estão na Alargada que dão outro tipo de cobertura ao que se passa no Concelho.

Percebi, fica registado, para mim isso é assimilado, este passo é importante que se dê agora. A Saúde Mental tem sido muito debatida como sendo um dos efeitos colaterais da pandemia, dos confinamentos, do afastamento e sabe-se que a violência doméstica, abusos sexuais, abusos no namoro, todas essas práticas têm sido referenciadas ao longo destas semanas em que há confinamento, porquê? Também sabíamos que a Escola, a presença física na Escola do aluno era um dos principais locais de sinalização, portanto, não havendo presença física, torna-se mais difícil a sinalização e a abordagem dos comportamentos. Aqui a minha preocupação é do ponto de vista jurídico. Do ponto de vista da despesa, portanto, vamos aqui pelo Protocolo, podendo ter que ser o pagamento como prestação de serviços, terá que haver aqui uma avaliação sobre os critérios materiais, porque quem tem o conhecimento científico para fazer estes inquéritos e para fazer esta abordagem é a Saúde, portanto, não é qualquer outra entidade de abordagem social ou de abordagem do trabalho de campo, tem que ser alguém subjugado a uma ordem ligado aos princípios da saúde e com poder de intervenção na saúde, como é o caso da Escola Superior de Enfermagem e, como tal, é este ponto de equilíbrio que estamos aqui a encontrar.

Relativamente ao reconhecimento de que a CPCJ de Soure deu esses passos e que o Município de Soure deu esses passos, parece-me evidente e consensual e essa ênfase fica registada, porque em termos de atuação de identificação dos casos, identificação do público, passará muito por aquilo que é o acesso aos confidenciais ficheiros que a própria CPCJ tem, naquilo que for possível trabalhar com eles na identificação do público e de muitas das situações.”-----

***04.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 22 de fevereiro de 2021 pelas 14,30 horas***

O Senhor Vereador Dr. Gil Soares, referiu que: “em primeiro lugar concordar com tudo o que disse a Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos e, obviamente, subscrevo inteiramente. Conhecemos ambos muito bem como o processo se desenrolou, portanto, aceito perfeitamente que, não nesta proposta, porque o Protocolo virá a uma próxima reunião de Câmara, portanto, as suas alusões serão acolhidas e refletidas nesse documento que depois será subscrito com a Escola Superior de Enfermagem.

Relativamente aquilo que disse o Senhor Presidente, aquilo que posso também informar o Executivo é que vamos, como disse há pouco, retomar ou finalizar a Constituição do Observatório, que nesta fase passará por solicitar às Entidades que no documento do Observatório terão que indicar elementos para a sua constituição. Irão ser convidadas a indicar as pessoas que entendam que seja pertinente pertencerem ao Observatório, portanto, vamos concretizar essa forma. O trabalho em si, o estudo científico da Escola Superior de Enfermagem é, de facto, tirar um retrato da comunidade escolar, tem que haver aqui, e já houve, reuniões com o Agrupamento de Escolas de Soure, obviamente aqui e em termos de pandemia alguma elasticidade para melhor atingir os resultados. São inquéritos que irão ser feitos, validados por entidades que têm que certificar esse tipo de documentos, têm as autorizações, a Escola Superior de Enfermagem, e depois complementamos aqui com ações de formação para profissionais, sejam eles da área da Saúde, da Educação, da Autarquia, das Forças de Segurança, da CPCJ, que irão depois participar e integrar a Rede de Atenção Psicossocial.

Acho que estamos no bom caminho para, o mais breve possível, concretizar esta tarefa que, há muito, vinha sendo pensada e planeada.”-----

***Deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta de intenção do Município de Soure em estabelecer uma parceria com a Escola Superior de Enfermagem de Coimbra (EsenfC), visando a assessoria ao Observatório de Saúde Mental e ao desenvolvimento de um projeto de investigação subordinado à caracterização da Saúde Mental das Crianças e Jovens do Concelho e na dinamização de ações de formação junto dos agentes da Saúde, Educacionais, Autárquicos e outros, conforme proposta do Senhor Vereador Dr. Gil Soares.***-----

**Ponto 16. ORDENAMENTO, INFRAESTRUTURA E ESPAÇO PÚBLICO**  
**. Construção da Avenida Europa - Samuel**  
**- Escolha do Procedimento Prévio**

Foi presente a seguinte informação:

***04.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 22 de fevereiro de 2021 pelas 14,30 horas***

**Assunto: ORDENAMENTO, INFRAESTRUTURAS E ESPAÇO PÚBLICO  
CONSTRUÇÃO DA AVENIDA EUROPA - SAMUEL  
ESCOLHA DO PROCEDIMENTO PRÉVIO**

Relativamente ao tema em assunto, somos a informar/propor:

- A) Em Reunião de Câmara de 30/04/2020 foi, por unanimidade, deliberado aprovar o Projeto de Execução para Alargamento da E.M. 620 e Construção de Passeio /Ciclovía – Coles de Samuel;
- B) Considerando que este recebeu parecer favorável das entidades consultadas, conforme cópia em anexo, de forma a promover a execução da empreitada acima identificada, sugere-se a V. Exa. a aprovação dos seguintes pontos:

**1. ESCOLHA DO PROCEDIMENTO PRÉVIO**

Sugere-se a adoção da modalidade de **concurso público**, uma vez que o **preço base** é de **280.220,70 euros**, cf. alínea b) do artigo 19.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo D.L. n.º 111-B/2017, de 31 de agosto.

A competência para a escolha do procedimento a adotar, bem como para a aprovação dos restantes pontos da presente informação, pertence à Câmara Municipal, uma vez que se trata de uma despesa orçamentada superior a 149.639,36 euros – cf. alínea a) do nº1 do artigo 18º do Decreto-Lei 197/99, de 08 de Junho –.

O encargo previsto para a presente empreitada tem dotação no orçamento, para o presente ano de 2021, pela rubrica **03.03.07.01.04.13** e trata-se de ação inscrita em Plano Plurianual de Investimentos com a classificação **08 003 2016/133**.

**2. PROGRAMA DE CONCURSO**

Cópia em anexo

**3. NOMEAÇÃO DE JÚRI**

Nomeação dos membros a integrar o júri:

1. Presidente: Mário Monteiro, Eng.º, Chefe da DIOPM;
2. Vogal: Mauro Alegre, Eng.º, Dirigente Intermédio da UOOPM em R/S;
3. Vogal: Joaquim Oliveira, Eng. Chefe DMAET em R/S;
4. Suplente: Evaristo Mendes Duarte, Dr. Técnico Superior.
5. Suplente: Fernando Cavacas, Dr., Técnico Superior;

À consideração superior,

O Chefe de Divisão de Infraestruturas e Obras Públicas e Municipais

(Mário Monteiro, Eng.º)

16-02-2021

***Deliberado, por unanimidade, aprovar: o procedimento prévio da modalidade de Concurso Público, com o preço base de 280.220,70 euros; o programa de concurso e a nomeação de júri, conforme decorre das informações técnicas dos serviços.-----***

**Ponto 17. ABASTECIMENTO PÚBLICO/ÁGUA, DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO**

**. ÁGUA – NOVAS CAPTAÇÕES E OPERACIONALIZAÇÃO**

**. Execução de um Furo de Pesquisa e Eventual Captação de Água nas Termas da Amieira**

**- Homologação do Auto de Receção Definitiva**

***04.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 22 de fevereiro de 2021 pelas 14,30 horas***

Foi presente a seguinte informação:

**Assunto: ABASTECIMENTO PÚBLICO/ÁGUA, DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO  
ÁGUA – NOVAS CAPTAÇÕES E OPERACIONALIZAÇÃO  
EXECUÇÃO DE UM FURO DE PESQUISA E EVENTUAL CAPTAÇÃO DE ÁGUA NAS TERMAS DA AMIEIRA  
HOMOLOGAÇÃO DO AUTO DE RECEÇÃO DEFINITIVA**

Por deliberação de 16-02-2016 foi decidido homologar o auto de receção provisória, relativo à empreitada acima referida.

Decorrido o prazo de garantia estabelecido por lei e caderno de encargos, propõe-se, após a realização da respetiva vistoria, a homologação do auto de receção definitiva, bem como a extinção da caução e restituição, ao empreiteiro, das quantias retidas como garantia ou a qualquer outro título a que tiver direito (cf. Artigos. 295.º e 398.º do CCP, aprovado pelo D.L. 18/2008, de 29 de janeiro).

À consideração superior,  
O Chefe de Divisão de Infraestruturas e Obras Públicas e Municipais  
(Mário Monteiro, Eng.º.)  
12-02-2021

***Deliberado, por unanimidade, aprovar a homologação do auto de receção definitiva, bem como a extinção da caução e restituição, ao empreiteiro, das quantias retidas como garantia ou a qualquer outro título a que tiver direito, conforme decorre da informação técnica dos serviços.-----***

**Ponto 18. VIAS DE COMUNICAÇÃO E TRANSPORTE – REDE VIÁRIA E SINALIZAÇÃO -  
PROJETOS**

- . Projeto de Execução para Reabilitação dos Acessos à Passagem Superior sobre a Linha do Norte e da Variante Norte à Vila de Soure**
  - Projeto de Execução – Aprovação (Documentação em Suporte Digital)**

Foi presente a seguinte informação:

**Assunto: Vias de Comunicação e Transportes - Rede Viária e Sinalização – Projetos**  
**- Projeto de Execução para Reabilitação dos Acessos à Passagem Superior Sobre a Linha do Norte e da Variante Norte à Vila de Soure**  
**- Projeto de execução – aprovação**

Relativamente ao tema em assunto, considerando que:

1. Em Reunião de Câmara de 29/05/2020, foi, por unanimidade, deliberado abrir procedimento com o objetivo de elaborar o projeto referido;
2. Em Reunião de Câmara de 30/09/2020, foi, igualmente por unanimidade, aprovado o estudo prévio relativo ao projeto;
3. Em 18/12/2020 foi obtido parecer favorável da Infraestruturas de Portugal, SA, para o projeto, em virtude de o mesmo incluir a repavimentação da Passagem Superior (PS) sobre a Linha do Norte, bem como a construção de uma rotunda nas imediações da referida PS;

***04.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 22 de fevereiro de 2021 pelas 14,30 horas***

4. Em 11/12/2020 o projeto de execução foi entregue nestes serviços, sendo posteriormente analisado;
5. O custo estimado para a totalidade da intervenção é de **1.438.002,67 euros**, dividido em dois lotes, conforme planta junto ao projeto:
  - i. O **lote 1**, correspondente aos Acessos à PS sobre a Linha do Norte, incluindo uma rotunda na Camparca e ligação à Zona Industrial de Soure, com um custo estimado de **648.342,03 euros**;
  - ii. O **lote 2**, correspondente à Variante Norte à Vila de Soure, incluindo a reformulação da ligação à Rua Heróis 25 de Abril – Acesso à Estação de Soure, a Rotunda do Tralhão e ligação entre esta e a Rotunda da Repsol, com um custo estimado de **789.660,64 euros**.

É nosso entendimento que o mesmo reúne condições para ser aprovado.

À consideração superior,

ANEXOS: 1 – Projeto de execução;

2 – Parecer da Infraestruturas de Portugal, S.A.

(Mário Monteiro, Eng.º.  
Chefe de Div. I.O.P.M)  
2021-02-18

O Senhor Presidente da Câmara Mário Jorge Nunes, referiu que: “trata-se da aprovação do Projeto de Execução para Reabilitação dos Acessos à Passagem Superior Sobre a Linha do Norte e da Variante Norte à Vila de Soure, que foi distribuído de forma digital, está aqui presente o Senhor Eng.º Mário Monteiro e eu pedia-lhe que fizesse a apresentação da obra.”-----

O Senhor Chefe de Divisão de Infraestruturas e Obras Públicas e Municipais, Eng.º Mário Monteiro, fez a apresentação do Projeto de execução para Reabilitação dos Acessos à Passagem Superior Sobre a Linha do Norte e da Variante Norte à Vila de Soure.-----

O Senhor Presidente da Câmara Mário Jorge Nunes, referiu que: “nós aprovamos o projeto e com a sua aprovação o passo seguinte é a procura de fontes de financiamento. Ter o projeto pronto para alguma candidatura que apareça em termos de overbooking ou ligado a questão de reindustrialização e da proximidade de zonas industriais, este projeto acaba por ter essa ordem de prioridade. Ter o projeto em carteira, porque uma obra desta dimensão implica uma programação adequada atempada para um próximo Mandato, não é uma obra para iniciar este ano, vinculada a partir de agora para fontes de financiamento. Tendo nós este grau de maturidade do projeto aprovado, com os devidos pareceres já entregues, prepará-la para uma possibilidade de financiamento, seja ele totalmente a fundo perdido ou como qualquer outro instrumento financeiro como o Banco Europeu de Investimento, complementado ou não com a Banca de Investimento Tradicional

***04.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 22 de fevereiro de 2021 pelas 14,30 horas***

Quem frequenta este troço vê a necessidade de intervenção, não se trata de uma mera “operação cosmética”, no sentido de tornar a estrada de cor preta e pintar os traços brancos e achar que se fez uma grande obra. Ela tem necessidade estrutural de obra, especialmente junto à passagem de superior da Linha do Norte e as juntas de dilatação da ponte sobre o rio Arunca evidenciam necessidade também de intervenção.

Havendo aqui um incremento na Zona da Camparca que tem ali uma zona objetiva onde há conflito de tráfego, parece-nos mais equilibrada, embora muito mais oneroso esta situação da rotunda, porque também a expectativa é que a ligação aos Casalinhos, a ligação à Quimigal, a ligação aquela zona industrial de Soure II tenha também este acesso com maior qualidade e com maior enquadramento.

Parece-nos evidente que a solução primeira que estava no cruzamento da passagem superior, no cruzamento para a Zona Industrial de Soure tinha muitas deficiências, a sinalética não tinha possibilidade técnica de ser respeitada, quer a vertical, quer a que estava na horizontal, a solução passa pela criação de uma rotunda que torna mais justa e equilibrado o funcionamento. A obra divide-se em dois lotes, tem valores que não temos estado habituados ultimamente, mas, quer seja com esforço 100% municipal, mas há sempre hipóteses, tendo este grau de maturação e até não havendo evolução, não havendo uma janela de oportunidade tão depressa, diria que o próximo Executivo tem aqui condições ou este, tendo ainda suporte político da Assembleia Municipal, para mesmo assim iniciar aqui um procedimento de 100% de financiamento à Banca Tradicional, na expectativa de haver outra hipótese que seja depois mais vantajosa e que reembolse o esforço que o Município faça. Os processos são demorados, como sabem, os processos de financiamento, os processos de um concurso público desta dimensão.

Decidirmos daqui a oito meses ou dez meses, penso que são mais dez meses que são perdidos, quando o estado de necessidade da obra assim o justifica, havendo uma real expectativa que este tipo de obra poder ser enquadrada nos mecanismos de reindustrialização e de Apoio à Atividade Económica, que é essa a janela de oportunidade que aqui pode estar. Não há, neste momento, nenhum aviso aberto, não há nenhum instrumento financeiro pública de que indique que esta obra seja contemplada. Como sabem, o próprio Plano de Resiliência começou agora a ser apresentado durante o mês de março, portanto, há fichas que lá estão e que indicam que este tipo de situações podem ser apresentadas, esta obra não tem ficha, portanto, terá um instrumento avulso. O projeto está feito, temos dimensão para isto, contratá-lo, há-de ser pago, pronto para ir para concurso público. Ele tem que ser revisto, é uma componente obrigatória, é mandar rever o projeto... Os projetistas estipularam a estimativa 1.438.002,67 euros e darei instruções aos serviços para tratarem de encontrar especialistas em revisão de projetos para iniciar o procedimento de revisão para, a todo o tempo, podermos inscrever esta dimensão de projeto num Plano Plurianual e estar atentos a qualquer possibilidade de financiamento.”-----

***04.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 22 de fevereiro de 2021 pelas 14,30 horas***

***Deliberado, por unanimidade, aprovar o Projeto de Execução para Reabilitação dos Acessos à Passagem Superior sobre a Linha do Norte e da Variante Norte à Vila de Soure, sendo o custo estimado para a totalidade da intervenção de 1.438,002,67 euros, dividido em dois lotes:***

- lote 1, correspondente aos Acessos à PS sobre a Linha do Norte, incluindo uma rotunda na Camparca e ligação à Zona Industrial de Soure, com um custo estimado de 648.342,03 euros;***
- lote 2, correspondente à Variante Norte à Vila de Soure, incluindo a reformulação da ligação à Rua Heróis 25 de Abril – Acesso à Estação de Soure, a Rotunda do Tralhão e ligação entre esta e a Rotunda da Repsol, com um custo estimado de 789.660,64 euros, conforme decorre da informação técnica dos serviços.-----***

***Não havendo mais assuntos a tratar, o Senhor Presidente da Câmara Mário Jorge Nunes deu por encerrados os trabalhos às dezoito horas e vinte e cinco minutos.-----***